

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

TONNY CÉSAR BARBOSA DA SILVA

A CIDADE DE DOM EXPEDITO LOPES-PI: Desenvolvimento urbano e social (1964-1980)

PICOS-PI
2012

TONNY CÉSAR BARBOSA DA SILVA

A CIDADE DE DOM EXPEDITO LOPES-PI: Desenvolvimento urbano e social (1964-1980)

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof. Ms. Raimundo Nonato Lima dos Santos

PICOS-PI
2012

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S586c Silva, Tonny César Barbosa da.

A Cidade de Dom Expedito Lopes: desenvolvimento urbano e social (1964 – 1980) / Tonny César Barbosa da Silva. – 2012.

CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol. (84 p.)

Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2012.

TONNY CÉSAR BARBOSA DA SILVA

A CIDADE DE DOM EXPEDITO LOPES-PI: Desenvolvimento urbano e social (1964-1980)

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof. Ms. Raimundo Nonato Lima dos Santos

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Raimundo Nonato Lima dos Santos (Orientador)
Universidade Federal do Piauí

Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro
Universidade Federal do Piauí

Prof^ª. Ms. Olívia Candeia Lima Rocha
Universidade Federal do Piauí

Ao meu avô (in memoriam) e a todos aqueles que sempre me incentivaram e acreditaram em meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Um dos muitos ensinamentos que aprendi com a minha família é de que nenhuma conquista é possível de ser realizada sozinha. Diante disso, venho aqui agradecer a todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar agradecer a Deus, por possibilitar realização de nossos planos e sonhos. A Ele, toda a minha gratidão por ser nosso Pai nos momentos de alegria; por ser o caminho nos momentos de incertezas e por ser o refúgio nos momentos necessários.

A minha família, pelo companheirismo, amizade, confiança. E em especial à minha mãe pelas conversas, atenção, conselhos; por todas as vezes que abriu mão dos seus sonhos para poder realizar os meus, e por ter iluminado os caminhos obscuros com afeto e dedicação para que eu pudesse conseguir os meus objetivos.

Ao meu padrinho-pai Antônio Barbosa Ferreira e amigo-pai Luiz Cabrine, por terem me incentivado a prosseguir na jornada, mostrando que esse caminho deveria ser seguido sem medo, independentemente dos obstáculos.

A todos os colegas do Curso de História, que por quatro anos e meio dividimos alegrias e tristezas. Especialmente a Alane Batista, Francisco Monteiro, Francélio Feitosa, Pablo Marcel, Priscila Keyla, Thales Teixeira, Fernando Henrique, Francisco Sousa Júnior, Arnon Gomes, Marli, Mirlande, Darlan, Juninho Rodrigues e Michele, o mínimo que posso dizer é que sem vocês as tardes seriam entediadas, obrigado por fazerem parte deste percurso.

Aos amigos e amigas, especialmente a: Shayane Avelino, Jéssica Ramone, Jaqueline Figueiredo, Rannyele Rocha, Rayla Rocha, Lívia, Ana Pulquério, Izabel Cristina, Raimundo Alves, Luan Costa, André Pedro, Paulo Sérgio, Aysllan Gilian, obrigado pelo incentivo nas horas de desânimo, pelo consolo nos momentos de tristeza e pela presença constante nas alegrias de nossas conquistas.

Aos colegas de carro: Genilson, Mayara, Ilana, Larisse, Regiane, Jamila, Fernando Henrique, Mayca, Cristina, Victória, Amanda, Géssica, Laísa, Joana D'arc, Flávia, Valéria, Gisele e José Denes, queria agradecer pelas conversas, pelos sorrisos e pedir desculpas pelas brincadeiras, vocês também são uma parte importante desta conquista.

A todos os depoentes. Aos professores Pedro Paulo Rodrigues de Moura, Frutuoso Alves do Vale e Antônio Carlos Pereira do Vale; e ao senhor Jonas Belo de Moura meu muito obrigado pelo conhecimento repassado sobre a cidade de Dom Expedito Lopes-PI, sem vocês, este trabalho não seria possível de ser realizado.

Aos docentes do curso de História que pela sua presença marcaram nossa vida e em um simples gesto ou até mesmo num olhar transmitiram-nos palavras. Por tudo o que nos ajudaram a ser, pela imensa alegria, a vocês, o meu simples, mas eterno obrigado.

Ao docente Raimundo Nonato Lima dos Santos – orientador deste trabalho - que mesmo eu tendo pouco tempo de convivência aprendi a admirá-lo por sua inteligência e dedicação ao exercício de sua profissão; queria agradecê-lo pela paciência, pelo apoio e por ter dividido o seu tempo comigo, ajudando-me da melhor forma possível para a construção deste trabalho.

Enfim a todos vocês meu eterno **MUITO OBRIGADO!**

De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. (CALVINO, 1990, p. 20).

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de desenvolvimento urbano e social da cidade de Dom Expedito Lopes-PI, entre os anos de 1964 a 1980, a partir do enfoque da História Social e da Geografia Urbana. O foco central da pesquisa consiste em compreender o processo de desenvolvimento urbano e social tomando como referência as estratégias adotadas pelo Poder Público Municipal; assim como questões referentes à saúde e educação no município em questão. Para a consecução desta análise foram utilizados os estudos do professor Roberto Lobato Correa (1993), assim como também a da urbanista Raquel Rolnik (2004) e do professor Raimundo Nonato Lima dos Santos (2007). Em relação à metodologia, o trabalho foi baseado em fontes documentais – Projetos de Lei, do período em questão; Diagnóstico Educacional do Município de 1980; e orais. O desenvolvimento urbano e social desta urbe interiorana localizada no centro-sul do Piauí ocorreu de forma lenta; e com consoantes problemas relacionados à questão da infraestrutura urbana.

Palavras-chaves: Cidade de Dom Expedito Lopes – História – Espaço Urbano

ABSTRACT

The present work analyzes the process of social and urban development of the city of Dom Expedito Lopes-PI, from 1964 to 1980, from the focus of Social History and urban geography. The central focus of the research is to understand the social and urban development process taking as a reference the strategies adopted by the Municipal public power; as well as issues related to health and education in the municipality in question. To achieve this analysis were used in studies of teacher Roberto Lobato Correa (1993), as well as that of urbanist Raquel Rolnik (2004) and teacher Raimundo Nonato Lima dos Santos (2007). In relation to methodology, the work was based on documentary sources – bills, for the period in question; Educational diagnosis in 1980; and oral. The social and urban development of this provincial city in the Center-South of Piauí occurred slowly; and with consonants problems related to the issue of urban infrastructure.

Key-words: City of Dom Expedito Lopes – History – Urban Space

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Mapa da província do Piauí – municípios que abrigavam os imigrantes da seca de 1877-1879.....	25
FIGURA 2: Mapa do estado do Piauí – sub-regiões ambientais (2006).....	28
FIGURA 3: Mapa de localização da cidade de Dom Expedito Lopes (2004).....	29
FIGURA 4: Dom Francisco Expedito Lopes, ex-bispo de Oeiras-PI.....	41

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Seca dos séculos XVIII – XIX em alguns estados da região Nordeste.....	22
TABELA 2: Abrangência da área do “polígono das secas” – Brasil (2006).....	23
TABELA 3: População total, urbana e rural da cidade de Dom Expedito Lopes (1950-1970).....	31
TABELA 4: Taxas de urbanização brasileira (1940-1970).....	49
TABELA 5: Taxas de urbanização brasileira - Região Nordeste (1940-1980).....	45
TABELA 6: Município de Dom Expedito Lopes – Consumo de energia elétrica (1976-1980).....	52
TABELA 7: População estudantil e quantidade de professores.....	62
TABELA 8: Atendimentos médicos na cidade de Dom Expedito Lopes (1980).....	64

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Estados atingidos pela seca de 1877/79.....	24
GRÁFICO 2: Evolução do número de municípios no Brasil (1872-2010).....	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO DA CIDADE DE DOM EXPEDITO LOPES: SECA, ORIGENS E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA	18
1.1 A seca de 1877-1879.....	20
1.2 A formação da cidade.....	26
1.3 De Cabeço à Dom Expedito Lopes: o panorama da emancipação política.....	32
1.4 A “criação” da cidade de Dom Expedito Lopes.....	36
1.5 Por que Dom Expedito Lopes?.....	40
CAPÍTULO II – SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE DE DOM EXPEDITO LOPES (1964-1980)	43
2.1 Os primeiros passos da cidade de Dom Expedito Lopes-PI rumo ao desenvolvimento urbano (1964-1970).....	44
2.2 Desenvolvimento urbano: entre os caminhos da ação estatal (1970-1980).....	48
2.2.1 Processo de infraestrutura urbana.....	50
2.2.2 Educação.....	55
2.2.3 Saúde.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	69
ANEXOS	75

INTRODUÇÃO

Mas de tudo, terrível, fica um pouco, e sob as ondas ritmadas e sob as nuvens e os ventos e sob as pontes e sob os túneis e sob as labaredas e sob o sarcasmo e sob a gosma e sob o vômito e sob o soluço, o cárcere, o esquecido e sob os espetáculos e sob a morte escarlate e sob as bibliotecas, os asilos, as igrejas triunfantes e sob tu mesmo e sob teus pés já duros e sob os gonzos da família e da classe, fica sempre um pouco de tudo. (ANDRADE, 2002).

Carlos Drummond de Andrade, por meio do poema “Resíduos”, chama a atenção praticamente sobre os “vestígios” deixados pelas pessoas ao longo do tempo. Vestígios estes, que se apresentam ao historiador como fatos históricos. Assim este trabalho tem por objetivo analisar o processo de desenvolvimento urbano e social na cidade de Dom Expedito Lopes entre os anos de 1964 a 1980, por meio da organização e análise dos vestígios da história desta urbe piauiense.

A cidade de Dom Expedito Lopes, no Piauí, um pequeno aglomerado urbano, possui uma área territorial de 219,072 quilômetros quadrados, onde vivem, segundo os dados do IBGE (2010), uma população estimada de 6.569 habitantes por quilômetros quadrados; a mesma localiza-se no sudeste do Estado, e pertence a microrregião de Picos, tendo como limites ao norte o município de Ipiranga do Piauí, ao sul Santa Cruz do Piauí e Paquetá, a leste Picos e Santana do Piauí, e a oeste São João da Varjota, e dista cerca de 281 Km de Teresina (DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE DOM EXPEDITO LOPES, 2004).

A reflexão em torno da problemática de estudo – História das Cidades – justifica-se, em razão dos laços naturais do pesquisador com a urbe, e o interesse pessoal do mesmo em torno da problemática. Ademais, este trabalho acadêmico propiciará uma contribuição relevante ao conhecimento historiográfico não só para a história da cidade de Dom Expedito Lopes, como também para a História do Piauí, ampliando a discussão com os trabalhos já existentes, em torno desta temática.

Há que se destacar ainda a relevância social, uma vez que este trabalho ao procurar compreender o processo de desenvolvimento urbano e social da cidade de Dom Expedito Lopes, contribuirá diretamente para a construção da história desta urbe interiorana; não obstante há que se ressaltar também que o mesmo pode propiciar a comunidade acadêmica um maior conhecimento sobre o tema, assim como possibilitar maiores informações aos pesquisadores sobre a região a qual está inserida a cidade em voga.

Em meio a isso, objetiva-se contribuir para o esclarecimento das seguintes questões:

- Quando e como ocorreu o processo de desenvolvimento urbano e social da cidade de Dom Expedito Lopes?
- Como se deu a organização do espaço urbano de Dom Expedito Lopes, entre 1964 -1980?
- Qual o papel do Estado na organização e desenvolvimento urbano de Dom Expedito Lopes, entre os anos de 1964-1980?

Do ponto de vista cronológico, utilizou-se um recorte temporal que privilegiou os anos de 1964 aos anos de 1980, uma vez que o desenvolvimento urbano brasileiro se intensificou na segunda metade do século XX. A escolha pelo ano de 1964 deve-se ao fato de se constituir um importante marco histórico para os cidadãos dom expedito lopenses, uma vez que a localidade foi elevada a categoria de cidade. Já quanto à escolha pelo ano de 1980, é uma questão de conveniência, uma vez que se faz necessário reduzir o tempo de pesquisa por ser tratar de um trabalho monográfico.

Nesta pesquisa também serão feitos recuos temporais, onde serão trabalhadas as questões referentes ao processo de povoamento e emancipação política, com o intuito de entender como se processou a formação da cidade de Dom Expedito Lopes; uma vez que consideramos de fundamental importância para entender o processo de desenvolvimento urbano, nos anos já citados.

Para a realização deste trabalho, utilizou-se a metodologia/técnica da História Oral. A preferência pela mesma deve-se a fato da capacidade que esta metodologia tem de recuperar informações sobre acontecimentos e processos que não se encontram registradas em outros tipos de documentos; ou mesmo que estando registrado não estão disponíveis para os pesquisadores; assim como também possibilitar o registro de visões de personagens ou testemunhas da história.

Foram realizadas também pesquisas em fontes documentais – seis livros atas, contendo projetos de leis, que se encontram na Assembleia Legislativa do município de Dom Expedito Lopes; Diagnóstico educacional do município de Dom Expedito Lopes de 1980, que se encontra na Secretaria Municipal e Educação e Cultura; assim como também no arquivo pessoal de Jonas Belo de Moura, onde o mesmo disponibilizou o projeto de lei de criação desta urbe.

A pesquisa bibliográfica, em obras referentes ao tema de História das Cidades, foi de fundamental importância. Nesse sentido para analisar o processo de desenvolvimento urbano e social na cidade de Dom Expedito Lopes entre os anos de 1964 a 1980, foi mister compreender as principais discussões em torno de duas problemáticas: a primeira referente aos conceitos sobre *o que é cidade*; e a segunda sobre o *Espaço Urbano*.

Nesse sentido, foi importante a leitura e análise de obras, como *O Que é Cidade?* (ROLNIK, 2004), na qual a autora concebe a cidade como um ímã que atrai, reúne e concentra pessoas. As ideias de Rolnik permitem entender o processo de desenvolvimento urbano de uma cidade, a partir do processo de sedentarização do homem.

Ainda no mesmo sentido, os estudos do geógrafo Winston Kleiber de Almeida Bacelar (2009) nos convida a refletir sobre a definição de um conceito sobre o que é cidade, evidenciando algumas categorias específicas, como: o porte demográfico. As suas ideias permitem atentar para alguns elementos que caracterizam a cidade pequena.

A obra *O Espaço Urbano* (CORREA, 1993), também foi de fundamental importância para o entendimento sobre o que é cidade, uma vez que o autor concebe a cidade como um espaço urbano, fragmentado, articulado, condicionado, reflexo da sociedade que o habita. As ideias de Correa permitem entender como estão configurados os espaços de uma cidade.

A pesquisa de Naiara de Souza (2008) nos permitiu refletir sobre o processo de desenvolvimento urbano de uma pequena cidade. Neste trabalho a autora destaca a ideia de estruturação urbana e evidencia as configurações espaciais de uma pequena cidade. As ideias de Souza são de fundamental importância para entender a importância do Estado e da sociedade como promotores do desenvolvimento urbano.

O trabalho de Eliane Rodrigues de Moraes (2008), *De Papagaio a Francinópolis*, apesar de não fazer referência ao objeto central deste estudo, tornou-se determinante nesta pesquisa. Nesse sentido, a autora faz uma reflexão de como se constitui historicamente a cidade de Francinópolis – desde o processo de formação até a emancipação política. Esse trabalho contribuiu para pensarmos o primeiro capítulo desta monografia.

A pesquisa de Raimundo Nonato Lima dos Santos (2007), *História, Memória e Identidade na Cidade de Timon-Ma*, apesar de também não fazer referência ao objeto central, contribuiu para pensarmos em outras questões ligadas ao desenvolvimento urbano, como: saúde, educação, entre outros. Nesse sentido, o autor faz uma reflexão sobre a cidade de Timon, a partir das representações formuladas e veiculadas pela mídia teresinense.

Para os estudos da memória, foram utilizadas as reflexões de Maurice Halbwachs (1990), na qual o mesmo busca pregar um processo de conciliação entre a memória coletiva e a memória individual. Suas ideias contribuíram para entender o fato de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva.

Esta pesquisa está dividida em dois capítulos. O primeiro intitulado *A formação da cidade de Dom Expedito Lopes: seca, origens e emancipação política*, explica o processo de povoamento e emancipação política da cidade de Dom Expedito Lopes. Privilegiou desde a seca de 1877-1879 até o processo de emancipação política da referida urbe, no intuito de situar a cidade de Dom Expedito no contexto político, econômico e social do Brasil. Com efeito destacam-se a importância da seca de 1877-79, o processo de povoamento e os trâmites da emancipação política.

O segundo capítulo *Sociedade e desenvolvimento urbano da cidade de Dom Expedito Lopes (1964-1980)* analisa o processo de desenvolvimento urbano e social na cidade de Dom Expedito Lopes, entre os anos de 1964 a 1980. Em suma destacam-se neste capítulo as questões ligadas à atuação do poder público municipal, as questões de infraestrutura social, e os aspectos referentes à educação e saúde.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DA CIDADE DE DOM EXPEDITO LOPES: SECA, ORIGENS E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

A princípio, as reflexões sobre os processos históricos concernentes ao povoamento e a emancipação política do município de Dom Expedito Lopes, no Piauí, serão pensados a partir das ideias desenvolvidas pelo professor Raimundo Nonato Lima dos Santos (2007), que estudou sobre a cidade de Timon, no leste maranhense; e a pesquisadora Eliane Rodrigues de Moraes (2008), que estudou sobre as origens, povoamento e emancipação da cidade de Valença no centro norte-piauiense.

O primeiro concebe que “o conhecimento da história, e em particular da história local de cada lugar, onde o viver comunitário é uma necessidade do jogo bom da cidadania ativa”; enquanto o segundo nos atenta para o fato de que cada cidade apresenta em si uma forma histórica específica, e que a mesma “pode ser pensada dentro uma totalidade histórica a partir da qual é possível apreendê-la”.

As origens do município de Dom Expedito Lopes estão diretamente ligadas às dimensões e consequências da seca de 1877-1879. Neste sentido, o entendimento deste fenômeno contribui para uma melhor compreensão e contextualização sobre o processo de povoamento e posteriores vicissitudes desta urbe interiorana.

Com efeito, a história da cidade de Dom Expedito Lopes é “pensada dentro de uma totalidade histórica a partir da qual é possível apreendê-la”. No que se refere à temática do povoamento à emancipação política, há um desconhecimento por boa parte da população local. Ao compartilhar desta perspectiva, se aceita o fato de que existe na História de Dom Expedito Lopes várias lacunas a serem preenchidas através de seus diversos momentos e da memória de alguns entrevistados.

Diante disso, destacamos as ideias propostas pela psicóloga social Ecléa Bosi (1994), que estudou sobre a memória de velhos tendo como realidade espacial a cidade de São Paulo. Com efeito, a memória constitui-se como um elemento de fundamental importância, pois,

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, ocupando o espaço toda da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1994, p.46-47).

Dentro dessa perspectiva, deve-se estar atento ao fato de que cada depoimento em si apresenta a sua especificidade, uma vez que parte do ponto de vista de cada um. Não obstante, cada relato, em si acrescentará informações na narrativa dos outros depoentes, uma vez que as memórias não são apenas individuais, mas coletivas.

Ainda referente à memória, é importante considerar as teorizações propostas pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990), que discute a questão da memória enfatizando o seu caráter social, assim o mesmo pensa uma dimensão da memória que ultrapassa o plano individual, atentando para o fato de que nenhuma lembrança pode existir separada da sociedade.

Diante disso, “só temos capacidade de nos lembrar, quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo.” (HALBWACHS, 1990, p.36). Com efeito, para Halbwachs, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém a ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo.

Consoante a isso, será a partir da memória que a cidade tem de si, da sua história, dos relatos colhidos de algumas pessoas que este capítulo será desenvolvido. Contudo, não é nossa intenção fazer aqui um estudo acurado sobre o processo de origens, povoamento e emancipação política de Dom Expedito Lopes.

Pesquisar a história desse município foi tarefa árdua. Mas há que se ressaltar a tentativa de abstrair-se o máximo do passado, como uma tentativa de compreender os fatos presentes. E a partir de então, perceber as continuidades e descontinuidades do mesmo.

Nesse sentido, a tentativa de buscar compreender os acontecimentos históricos desta urbe, apresenta-se como uma tarefa instigante e ao mesmo tempo complexa. Destaca-se ainda o fato de que poucas são as produções historiográficas sobre a mesma; e que as existentes tratam somente sobre as temáticas referentes à povoação e emancipação política; consoante a isso pode-se destacar os trabalhos do professor Pedro Paulo Rodrigues de Moura(2006), que estudou sobre o processo de origens e povoamento da cidade de Dom Expedito Lopes e Antônio Carlos Pereira do Vale (2008), que também discorreu sobre o processo de origens da cidade de Dom Expedito Lopes, destacando a importância das secas de 1877-1879, 1905 e 1915 para a criação e povoamento do Povoado Cabeço¹.Em contrapartida, o trabalho

¹ Povoado Cabeço: era o nome como era conhecida a cidade de Dom Expedito Lopes-PI, antes do processo de emancipação política, ocorrido no ano de 1963.

monográfico do professor Frutuoso Alves do Vale Neto (2008), analisou o processo de emancipação política, destacando a importância política do senhor José Belo de Sousa, como principal articulador deste processo.

Diante do exposto, o processo de povoamento do núcleo que deu origem à cidade de Dom Expedito Lopes, se explica por meio da instalação de fazendas de gado, aliado ao movimento migratório de famílias provenientes da região de Iguatú, no Ceará, que fugiam da seca e procuravam um lugar propício para desenvolverem atividades de subsistência.

Não obstante, quanto à temática do povoamento, foi possível perceber a existência de similaridades – como a instalação de fazendas e movimento migratório de famílias cearenses – com a pesquisa desenvolvida por Morais (2008) – sobre a cidade de Francinópolis, no centro norte piauiense.

1.1 A seca de 1877-1879

A chuva chega atrasada. Chove fora de tempo. Chove pouco ou não chove. As plantações se perdem, falta trabalho. O gado sofre. As famílias dos agricultores passam fome, tentam se arranjar com raízes, lutam para encontrar alguma caça do mato seco. Em alguns lugares, há ameaça de sede. A população esgota-se as possibilidades de sobrevivência em seus locais de moradia. Apela aos santos. A tragédia se espalha em muitas direções. Os preços dos alimentos sobem bruscamente. Começa o deslocamento em massa da população: o povo sai em busca de alimentos e emprego nas cidades. Ou em busca de terras úmidas devolutas que quase não existem mais. (NETO; BORGES, 1983, p.31).

A presente descrição retrata o imaginário presente nas populações castigadas pela seca que assolaram o território nordestino, ao mesmo tempo, que nos convida a refletir sobre tal fenômeno – aqui neste trabalho – em especial a dos anos de 1877-1879. Neste sentido, a expressão *seca*, é entendida neste trabalho a partir das teorizações propostas pela historiadora Maria Mafalda Balduino de Araújo (1985) que estudou a relação do poder político e a seca de 1877/79 no Piauí; e pelos pesquisadores Manuel Domingos Neto & Geraldo Almeida Borges (1983) que estudaram sobre o fenômeno da seca no Estado do Piauí. Ambos concebem a *seca* não apenas como uma questão edafoclimática², mas como um fenômeno social, econômico e políticos complexos.

A Região Nordeste é composta por diferentes regiões naturais, dentre elas, a zona do semiárido, que é vista como uma zona problemática, devido às intensas irregularidades

²Termo geográfico referente ao solo e ao clima.

pluviométricas e períodos de estiagem, que de certo modo acabam incidindo sobre as estruturas políticas, econômicas e sociais vigentes.

Todavia há que se ressaltar que na Região Nordeste a seca não é um fenômeno recente. A primeira foi datada no século XVI, mas precisamente no ano de 1538, por Fernão Cardim, e daí tal fenômeno edafoclimático repete-se a intervalos médios de tempo. (MOURA, 2006).

A tabela a seguir registra as secas em alguns estados da região Nordeste nos séculos XVIII a XIX:

TABELA 1: SECA DOS SÉCULOS XVIII – XIX EM ALGUNS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE

CEARÁ	RIO GRANDE DO NORTE	PARAÍBA	PERNAMBUCO
1711	1710/1711	1710/1711	1709/1711
1721/1725	1721	1721	1720/1721
-	1723/1727	1723/1727	1723/1727
-	-	1730	-
1736/1737	1736	1736/1737	1735/1737
1745/1746	1744	1746/1747	1744/1747
-	-	-	1748/1751
1754	-	-	-
1760	-	-	-
1766	1766	-	-
1772	-	-	1771/1772
1777/1778	1777/1778	1777/1778	1776/1778
-	1784	-	1783/1784
1791/1793	1791/1793	1791/1793	1790/1793
1804	-	1803/1804	-
-	1808	-	-
1810	-	-	-
-	1814	-	-
-	-	-	1819/1820
1824/1825	1825	1824/1825	1824/1825
-	1833	-	1833/1835
1844/1845	1845	1845/1846	1845/1846
1877/1879	1877/1879	1877/1879	1877/1879
1888/1889	1888/1889	1888/1889	1888/1889
1898	1898	1898	1898
1900	1900	-	1900

Fonte: ALVES, Joaquim. História das Secas (séc. XVIII a XIX). Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará, 1953. In: ARAÚJO, Maria Malfada Baldoíno de. **O Poder e a Seca de (1877-1879) no Piauí**. UFPE. Recife: 1985. (Dissertação de Mestrado em História do Brasil).

O não aparecimento do Estado do Piauí na Tabela 1, não exclui o fato de não ter havido seca nesta região. Consoante, Araújo ressalta que:

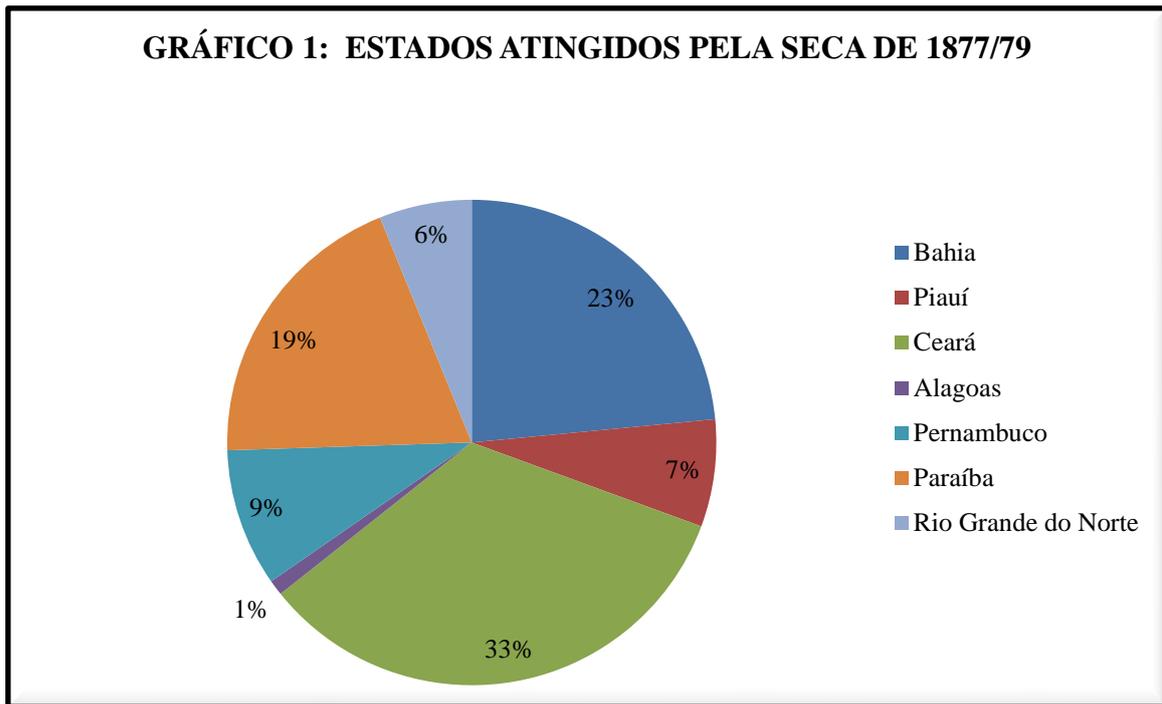
O Piauí, não deixou de ser atingido pelo fenômeno da seca, porquanto Pereira da Costa, em sua Cronologia Histórica do Piauí, faz menção das secas nesta província nos anos de 1723 e 1792, as quais trouxeram prejuízos à lavoura e à criação de gado. Ressalta, ainda, que no final do século XIX, nos anos de 1877/79, enfrenta esta província uma “Grande Seca” que se caracterizou não como fenômeno físico de grandes proporções, mas, especificamente, como um fenômeno de implicações socioeconômicas e políticas. (ARAÚJO, 1985, p.36).

O Estado do Piauí, apesar de apresentar índices pluviométricos bem mais favoráveis, reservas subterrâneas e ter o território bordado por rios perenes, não o exclui de pertencer à área denominada “Polígono das Secas”, como podemos observar na tabela a seguir.

TABELA 2: ABRANGÊNCIA DA ÁREA DO “POLÍGONO DAS SECAS” – BRASIL (2006)

ESTADO	ÁREA TOTAL
Ceará	94,8%
Paraíba	97,6%
Rio Grande do Norte	92%
Pernambuco	88,7%
Alagoas	43,7%
Sergipe	47,1%
Bahia	56,6%
Piauí	82%
Norte de Minas Gerais	-

Fonte: MOURA, Pedro Paulo Rodrigues de. **História e Imaginário da Origem da cidade de Dom Expedito Lopes – Piauí (1877-1963)**. Picos-PI: 2006. p.31. (Monografia de conclusão de curso em licenciatura plena em História – UESPI).



Fonte: MOURA, Pedro Paulo Rodrigues de. **História e Imaginário da Origem da cidade de Dom Expedito Lopes – Piauí (1877-1963)**. Picos-PI: 2006. p.31. (Monografia de conclusão de curso em licenciatura plena em História – UESPI).

As acentuadas irregularidades pluviométricas tornaram-se fator decisivo para a desarticulação da economia de subsistência vigente no Nordeste e em especial no estado do Ceará. Diante disso, o fenômeno edafoclimático de 1877-1879, gerou um intenso impacto sobre as populações ora afetadas, ocasionando um intenso deslocamento social, como nos aponta Araújo:

Durante os anos de 1877/1879, o deslocamento social causado pela seca devastou as províncias do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí e prejudicou, gravemente, as seis outras. [...] No Nordeste, a população sertaneja, sentida a falta de água, o desaparecimento dos rebanhos e a impossibilidade de preservar a economia de subsistência, inicia a migração. (ARAÚJO, 1985, p.40).

O estado do Piauí tornou-se uma área receptora por excelência de imigrantes vindos principalmente da região do Ceará, em busca de melhores condições de vida. Segundo estudos de Araújo (1985), alguns núcleos urbanos como: Oeiras, Amarante, Jaicós e outros, foram áreas receptoras por excelência dos flagelados da seca. Como podemos observar no mapa a seguir.

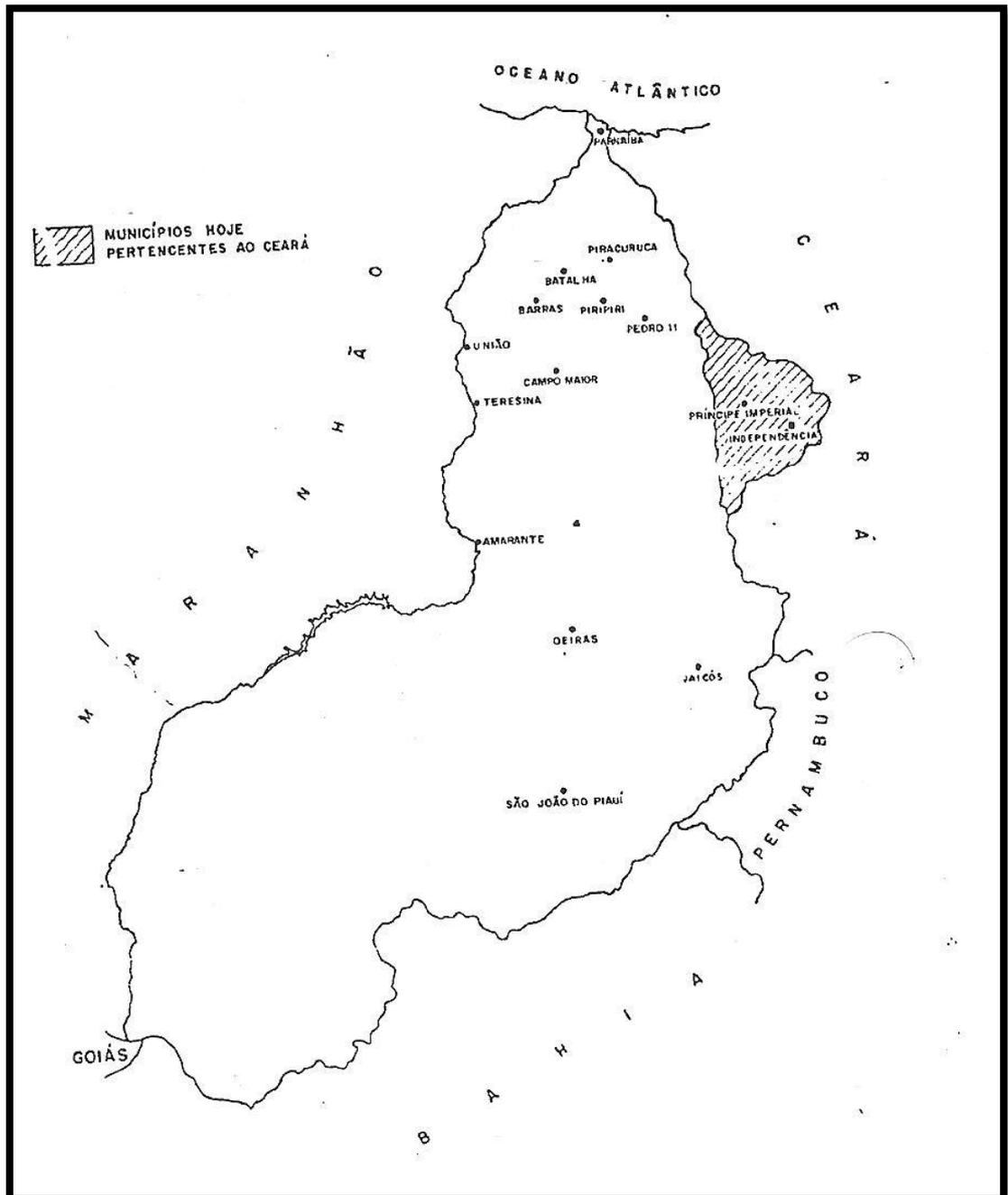


FIGURA 1: MAPA DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ – MUNICÍPIOS QUE ABRIGARAM OS IMIGRANTES DA SECA DE 1877/1879

Fonte: ARAÚJO, Maria Malfada Baldoíno de. *O Poder e a Seca de (1877-1879) no Piauí*. UFPE. Recife: 1985. (Dissertação de Mestrado em História do Brasil).

É em meio a esse contexto que se processou os germens da atual cidade de Dom Expedito Lopes, localizada no sudeste piauiense. Tendo nas migrações provocadas pela seca de 1877-1879 e na instalação da “Fazenda Cabeço” os principais fatores que contribuíram para o processo de formação da urbe em voga.

1.2 A formação da cidade

A formação da cidade de Dom Expedito Lopes, localizada no sudeste do Piauí, remonta-se ao final do século XIX e início do século XX. *A priori*, cabe salientar que o território que se constitui o atual núcleo da cidade, pertencia juridicamente à cidade de Oeiras – até o ano de 1964, período em que a cidade consegue emancipar-se politicamente. Todavia, três fatores foram decisivos para a formação do município: a seca de 1877-1879, a instalação da Fazenda Cabeço e a localização geográfica.

Segundo Moura (2006), o início do processo de povoamento desta urbe, deu-se como consequência imediata da seca de 1877-1879, que assolou toda a região Nordeste, em especial a região do Ceará. O semiárido nordestino é caracterizado por certa heterogeneidade edafoclimática; entre elas, a zona semiárida que se constitui como a “zona problema” pela ocorrência de fortes períodos de estiagem, fato recorrente desde os primórdios de sua ocupação. Entre os anos de 1877-1879, verificou-se um intenso deslocamento social na região Nordeste, causado pela falta de água, desaparecimento dos rebanhos e a impossibilidade de preservar a economia de subsistência.

É imerso neste quadro que um grupo de retirantes provenientes da região de Iguatu, no estado do Ceará, migrou em busca de melhores condições de vida; após vagarem por vários meses encontraram no atual território desta cidade em voga um lugar propício para desenvolverem suas atividades de subsistência.

Quando os primeiros retirantes chegaram, o território já era habitado pelas famílias José Maria e Venâncio (na atual localidade dois-buritis), Salvador e Clemente (atual bairro Codó) e a Senhora Almira Gonçalves e seus filhos Raimundo Gonçalves, Luiz Gonçalves, Pedro Gonçalves, Maria Antônia e Romana (MOURA, 2006).

No Piauí, a instalação de fazendas aparece como uma condição *sine qua non* para o surgimento de cidades. As primeiras vilas e cidades piauienses instaladas tiveram sua origem na fazenda de gado propriamente ou em alguma atividade que girava em torno dela. Ao longo do tempo, esses aglomerados iam crescendo e dando lugar a uma povoação (ABREU; NUNES, 1995, p.91).

Verifica-se também a importância da Fazenda, como germens da cidade, em outros estudos, como o do professor Raimundo Nonato Lima dos Santos (2007), e da historiadora Eliane Rodrigues de Moraes (2008). O primeiro atribui à formação da cidade de Timon, no leste maranhense, no século XVIII, a instalação de algumas fazendas, entre elas a Fazenda

Gramileira. Moraes (2008) ressalta a importância de pequenas fazendas para o processo de povoamento da atual cidade de Valença no centro-norte piauiense.

Com a cidade de Dom Expedito Lopes, no Piauí, o quadro não foi diferente, os transeuntes da seca, fixaram-se e fundaram a “Fazenda Cabeço”, que viria a constituir-se o germen central do processo de povoamento da urbe em voga. Ao passar dos anos, novas pessoas migraram para essa região.

Segundo os estudos de Moura (2006), os retirantes foram chegando e tomando posse das terras e da região. E que tal prática existiu até 1949, quando por decisão da cidade de Oeiras, a qual o povoado Cabeço pertencia juridicamente, passou a medir e registrar o território da Fazenda Cabeço e de outras que surgiram ao longo do tempo.

Outro fator preponderante para o surgimento da cidade diz respeito a sua localização geográfica, uma vez que o município se localiza numa sub-região de transição semiárida, por isso com possibilidade de potencial produtivo de receber retirantes da seca. Como pode ser observado nos mapas a seguir.

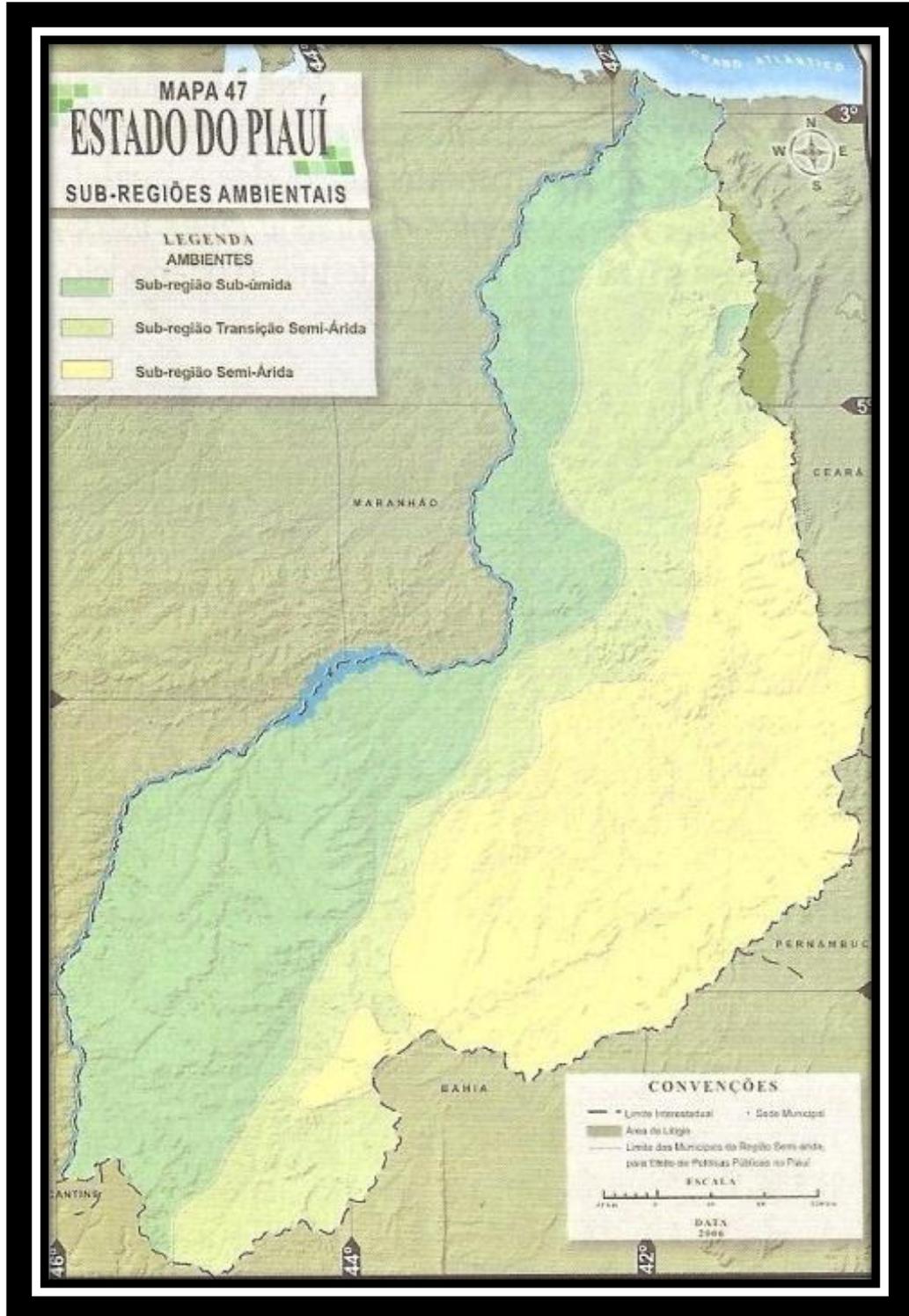


FIGURA 2: Mapa do Estado do Piauí – Sub-Regiões Ambientais (2006)

Fonte: ARAÚJO, José Luis Lopes. **Atlas Escolar do Piauí:** espaço geo-histórico. João Pessoa-PB: Editora Grafset, 2006, p.88.



FIGURA 3: Mapa de localização da cidade de Dom Expedito Lopes (2004)

Fonte: AGUIAR, Robério Bôto de. **Projeto de Cadastro de Fontes por água subterrânea do Estado do Piauí:** Diagnóstico do município de Dom Expedito Lopes. Fortaleza: CPRM, 2004, p.1

Com a chegada de um crescente número de retirantes no início do século XX, ao atual território da cidade, tem-se a formação do Povoado Cabeço.

Para a identificação das principais famílias de retirantes que se fixaram na região do antigo Povoado Cabeço, recorreu-se a análise de fontes orais e a edição do *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes*, datado de 1980.

Segundo dados do *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980*, as principais famílias, foram: Barros Rocha, Gonçalves, Barbosa, Araújo e Vale. O mesmo verifica-se no depoimento de Antônio Carlos Pereira do Vale:

Segundo história oral, é passando de pai pra filho, a família Alves do Vale, que veio do Iguatú, foi à primeira família a habitar o povoado. Mas olha! Depois de um tempo aí... foram chegando no povoado outras famílias como a Gonçalves, Barros Rocha, Barbosa. (VALE, 2012).

Fazendo um comparativo entre a fala do entrevistado e os dados do *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980*, percebeu-se que não constam referências à família Belo, fato curioso uma vez que no ano de 1971, a Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes, paralisa os trabalhos em virtude do falecimento do senhor Francisco Belo de Sousa, considerado como um dos primeiros fundadores e moradores da cidade. Como pode ser observado a seguir.

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA E DA DÉCIMA
SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO LEGISLATIVO DE MIL
NOVECENTOS E SETENTA E UM**

Às nove horas do dia vinte de maio do ano legislativo de mil novecentos e setenta e um sob a presidência do Sr. Abdias de Barros Rocha, secretariado pelo vereador Adelcio Belo de Queiróz e com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores Bartolomeu Félix de Sousa, Elias Moura Lopes, Francisco Vieira do Vale e João Barbosa de Araújo, reuniu-se esta Câmara em uma sessão ordinária. No expediente foi lida a Ata da sessão anterior que uma vez lida foi aprovada por unanimidade. Os senhores vereadores, nesse momento interromperam os trabalhos em sinal de pesar, [...] pelo falecimento do senhor Francisco Belo de Sousa, falecido a 15 do corrente mês. O extinto que nasceu a 16 de novembro de 1901, faleceu nesta cidade aos 69 anos de idade, deixando a família Belo profundamente abalada com o seu desaparecimento, na data acima referida, foi um dos fundadores de nossa Cidade interiorana, pai de destacada família composta de 12 filhos e um já falecido, deixando a viúva dona Isabel Maria dos Santos, ao lado de todos os seus filhos, especialmente o mais velho senhor José Belo de Sousa, figura representativa do comércio local.

Fonte: Livro de atas e projetos iniciado em: 03/02/1971 e encerrado em: 08/04/1972, p. 14.

Diante disso, cabe evidenciar dois fatos: o documento – *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980* – a que tive acesso foi produzido na época em que o senhor João Belarmino Alves do Vale, era prefeito da cidade e rival político do senhor José Belo de Sousa. E o segundo reside no fato de que o senhor Antônio Carlos Pereira Alves do Vale era filho do então prefeito João Belarmino Alves do Vale. Consoante a isso, pode-se inferir que pode ter havido uma tentativa de produzir por meio do discurso um esquecimento do outro. No entanto não é a nossa intenção verificar tal questão.

Quanto às atividades econômicas desenvolvidas, uma boa parte da população do povoado Cabeço vivia de pequenas lavouras, utilizando-se bastante das águas do Córrego da Passagem, para irrigar as plantações, lavar as roupas e utensílios. Entre os principais gêneros produzidos pela população, há um destaque para a plantação de arroz, feijão e milho.

A explicação para o desenvolvimento da agricultura de subsistência deve-se a dois fatores: o primeiro ligado às condições propícias do solo; e o segundo ao fato das condições econômicas precárias que se encontravam os transeuntes.

Segundo dados do *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980*, a população do Cabeço nos anos de 1950, era de aproximadamente 380 pessoas, ocorrendo um aumento considerável na década de 1960, para 2.573 habitantes. Como pode ser observado na tabela a seguir.

TABELA 3: POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DA CIDADE DE DOM EXPEDITO LOPES (1950 – 1970)

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
1950	380	-	380
1960	2573	-	2.573
1970	3520	1042	2478

Fonte: *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980, 1980.*

Tal aumento populacional pode ser explicado por dois fatores: emancipação política, que atraiu um considerável número de pessoas para a urbe recém-criada. E o desenvolvimento de relações comerciais com as cidades vizinhas.

Pode-se concluir que o processo de povoamento da urbe em questão surgiu como consequência direta da seca de 1877-1879. Assim, desenhado em tal contexto, o antigo

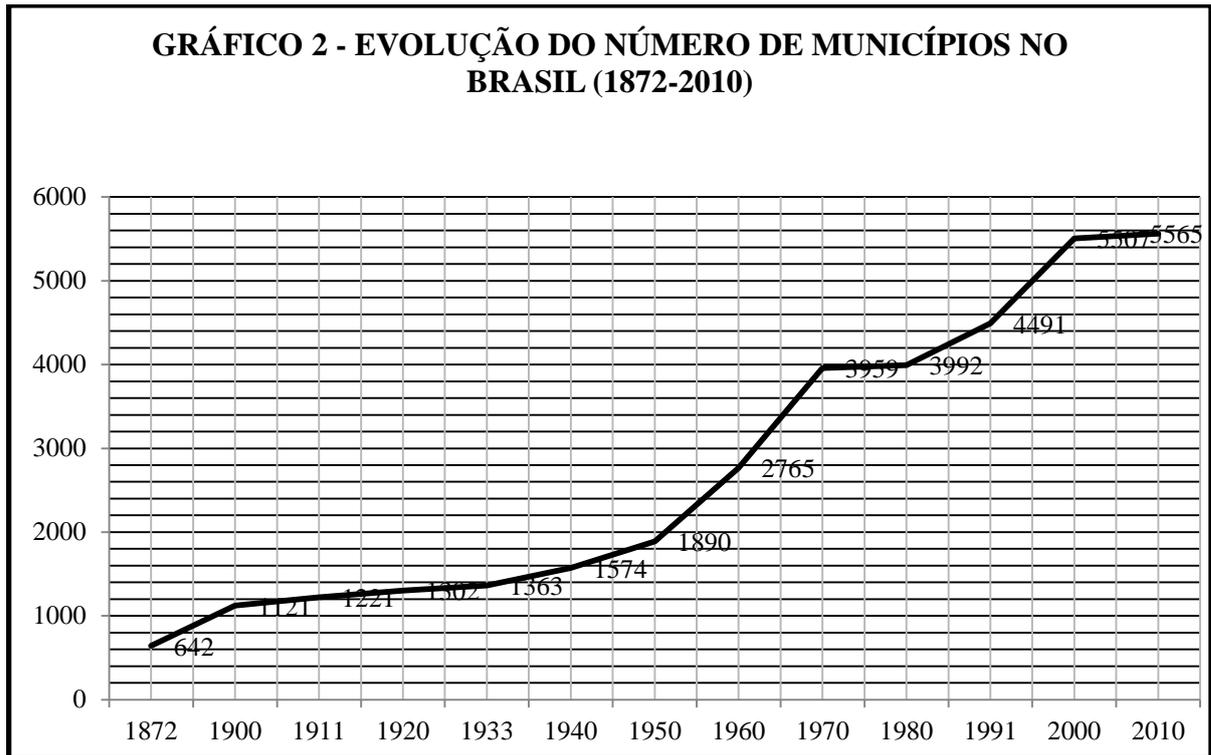
povoado Cabeço surgiu atrelado aos seguintes fatores: instalação da fazenda, apropriação e posse de terras e por fim desenvolvimento de uma economia de subsistência.

1.3 De Cabeço à Dom Expedito Lopes: o panorama da emancipação política

O processo de emancipação política da cidade de Dom Expedito Lopes, é um elemento concernente à proximidade e o desenvolvimento de relações comerciais e políticas com a cidade de Oeiras.

Todavia, para amarrar os fatores que contribuíram para o processo de emancipação política do antigo povoado Cabeço, torna-se necessário apresentar alguns condicionantes que fizeram parte da conjuntura econômica, política e social da qual atravessava o país e o estado do Piauí.

Segundo o pesquisador Edison Favero (2004), que estudou sobre o processo de emancipações políticas no Brasil, com a tese: *Desmembramento territorial: o processo de criação dos municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais*. Registrou-se no Brasil, a partir de 1960, um crescimento bastante acentuado no número de novos municípios. Em 1º de setembro de 1960, na época da realização do censo, existiam 2.765 municípios. Em 31 de dezembro de 1960 este número já ascendia para 2.855 municípios, ou seja, 89 unidades foram criadas em quatro meses. No ano de 1961 foram criados mais 286 municípios, sendo que em 1962 o número de novos municípios foi de 492 unidades. No ano de 1963 foram criados nada menos que 681 municípios. Como pode ser observado no gráfico a seguir:



Fonte: Diretoria geral de estatística. Recenseamento do Brasil 1872/1920 e Divisão Administrativa do Brasil 1191/1933; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010. In: SILVA, Jorge Kleiber Teixeira; LIMA, Maria Helena Palmer. Evolução do marco legal da criação de municípios no Brasil. Disponível em: ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_1872_2010/evolucao_do_marco_legal_da_criacao_de_municipios_no_brasil.pdf. Último acesso em: 27/08/2012.

A partir do gráfico acima, pode-se afirmar que os maiores aumentos em valores absolutos ocorreram ao longo da década de 1950, 1960 e 1990. Devido ao nosso recorte temporal de estudo (1964-1980), não abordaremos a década de 1990. Sendo assim, Breemaker, citado por Favero (2004), ressalta que entre 1960 e 1963, foram criados 1.548 municípios, um aumento de 56% em relação aos 2.766 existentes no primeiro ano da década. Em 1964, entretanto, entre extinções e criações, registrou-se um aumento final de 43%, elevando o total de municípios a 3.950.

Os condicionantes econômicos e os jurídicos-constitucionais, são fatores que contribuem para a explicação do crescente número de municípios no Brasil.

Quanto aos condicionantes econômicos, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) é caracterizado no plano econômico pela elaboração de um Plano de Metas, que visava diretamente o desenvolvimento do país. Segundo o historiador Boris Fausto (1996), o Plano de Metas abrangia 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília, chamada de meta-

síntese. Todavia, tal programa voltava-se diretamente para setores de geração de energia, transportes e indústrias de base, no intuito de constituição de uma infraestrutura produtiva.

Não obstante, a política nacional desenvolvimentista implementada pelo presidente Juscelino Kubitscheck, também se fez presente no Estado do Piauí, apresentando-se como plano de fundo para o desenvolvimento e autonomia de muitas cidades piauienses. Dentre elas destaca-se a atual cidade de Dom Expedito Lopes, que se tornou autônoma politicamente da cidade de Oeiras, em dezembro de 1963, como pode ser observado na tabela acima.

Segundo os estudos do economista Clenilson Cruz Lima (2004) que estudou sobre o papel do Estado do Piauí na construção de um projeto de desenvolvimento, nos anos de 1955-1961. Ressalta que a primeira tentativa de construção de um projeto de desenvolvimento no Piauí no qual se percebe uma preocupação nítida do Estado em promover o fomento da economia piauiense e integrá-la a nova economia nacional, dá-se no Governo de Chagas Rodrigues (1958-1962), período coincidente com o lançamento do Programa de Metas e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com a função de promover o desenvolvimento do Nordeste. A preocupação inicial do governo Chagas Rodrigues era estimular o desenvolvimento do Estado através de um amplo programa de investimento nas áreas de infraestrutura, indústria, comércio e agricultura. Essa ação teve implicações sobre a estrutura do Estado.

Todavia para obtenção desses propósitos, fazia-se necessário gerar energia e melhorar o sistema de comunicações, através de melhorias das estradas. Consoante a isso, o pesquisador Elson de Assis Rabelo (2008), em seu texto: “Tentáculos do progresso na fronteira regional: a produção do Piauí como espaço nordestino”, ressalta que no Piauí, a atuação do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitscheck, se restringiu predominantemente à abertura de estradas para ligar as cidades entre si e aproximar o território piauiense aos Estados vizinhos, como o Maranhão, o Ceará, Pernambuco e Bahia.

A construção de estradas foi um setor que cresceu vertiginosamente. Consoante a isso Abreu destaca:

Coube ao Piauí se beneficiar do ponto forte dessa política na área de transportes, sobretudo na construção de rodovias. A construção dessas estradas facilitou bastante a comunicação entre as cidades piauienses e ligou também o Estado a outras regiões ao Norte, Nordeste e Sul do país. (ABREU; NUNES, 1995, p.104).

De certo é que direta ou indiretamente o povoado Cabeço, beneficiou-se da interligação promovidas pelas rodovias para desenvolver relações comerciais. O que pode ser percebido pelas informações do *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980*:

A comercialização é feita como a maioria dos municípios piauienses. O comércio caracteriza-se pelo médio número de pequenos estabelecimentos varejistas ocupando a mão-de-obra familiar [...] O município mantém transações comerciais com Picos, Oeiras. (DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE DOM EXPEDITO LOPES DE 1980, 1980, p.31).

Em suma, o objetivo principal do Plano de Metas, era acelerar o país rumo à industrialização, assim como promover uma maior integração entre os estados nacionais brasileiros. Todavia, tais aspectos contribuíram indiretamente para o desenvolvimento e a emancipação política de muitas cidades.

No que diz respeito aos condicionantes jurídico-constitucionais, é importante frisar que a Constituição Brasileira de 1946, avançou nas questões relacionadas à autonomia municipal, principalmente no que diz respeito à repartição de receitas federais, possibilitando um surto de criação de novos municípios, que irá durar até a época da instalação do regime militar.

No Piauí, Moraes (2008, p.85), ressalta que a Constituição Estadual de 1947 exigia dos povoados que almejavam sua autonomia política administrativa, entre outras condições: a) população mínima de oito mil habitantes; b) renda mínima anual de vinte mil cruzeiros; c) patrimônio com área mínima de quatrocentos hectares.

Com base na Tabela 03: *População Total, Urbana e Rural da Cidade Dom Expedito Lopes – 1950 a 1970* pode-se inferir que o povoado não tinha a população mínima exigida por lei para que se efetivasse a emancipação política.

Quanto ao terceiro item, segundo os dados obtidos no *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980*, o município apresentava uma área de 272 Km². Novamente não atendendo as exigências da Constituição Estadual de 1947.

Quanto ao segundo item cabe destacar que devido à dificuldade de documentação referente à década de 1960, não se pode inferir com exatidão se o povoado apresentava uma renda mínima anual de vinte mil cruzeiros.

Consoante a isso, chegamos à conclusão de que a emancipação política da cidade de Dom Expedito Lopes-PI, ocorrida no ano de 1963, fora fruto de um mero arranjo político

entre os representantes de Oeiras com a elite local de Dom Expedito Lopes, representado pelo Senhor José Belo de Sousa.

Fato também evidenciado em outras cidades piauienses, entre elas a cidade de Francinópolis, na qual Moraes (2008), aponta que mesmo a cidade Francinópolis não se enquadrando nos requisitos mínimos exigidos pela Constituição Estadual de 1947, ela fora emancipada politicamente.

1.4 A “criação” da cidade de Dom Expedito Lopes

Para proceder à análise em torno da “criação” da cidade de Dom Expedito Lopes, no estado do Piauí, recorreremos ao trabalho do professor Frutuoso Alves do Vale Neto (2008), e ao depoimento do Senhor José Belo de Sousa (2012).

Segundo Neto (2008), os primeiros passos voltados para a emancipação política, foram dados a partir do ano de 1957, quando as principais famílias do povoado - Belo, Borges, Sátiro, Barbosa, Ferreira Lima – liderados por José Belo de Sousa – neste período vereador da cidade de Oeiras – passam a se reunir para discutir tal processo.

Consoante a isso, José Belo de Sousa, relata:

Como líder mais interessado pelo fanatismo político eu me reuni com a família Belo, a família Borges, a família Sátiro, uma parte da família Barbosa, e com a família Ferreira Lima – que fazia parte do bairro do Buriti Grande, e conseguimos passar o povoado Cabeço à cidade. (SOUSA, 2012).

A análise da proposta de criação do município de Dom Expedito Lopes, pela Assembleia Legislativa, deu-se a partir de 1960, encaminhada pelo representante e líder do PSD do antigo povoado Cabeço, na Câmara Municipal de Oeiras, José Belo de Sousa.

Neto (2008) ressalta como fator preponderante para criação do município, as boas relações existentes entre o líder político local com as principais lideranças locais. O que é verificado pelo relato do senhor José Belo de Sousa:

Aí é o seguinte, a nossa relação com o povo de Oeiras, era, era um objetivo de muito resultado, viu. Dr. Laurentino Pereira Neto, prefeito de Oeiras, Augusto Rocha Neto, Pedro Amador de Sá – juiz de direito – e Antônio Barroso de Carvalho, o pai dele Eliseu Barroso de Carvalho, André de Holanda Rocha – que era um dos chefes de Oeiras -,e Mário Freitas, e Tapety, Tapety e o filho dele Juarez Tapety, Juarez Piauiense de Freitas Tapety, era nossa ligação com esse pessoal todo, eles aqui sempre andavam e a gente sempre visitava Oeiras, aí foi onde nós, projetemos a essa união e criamos essa cidade. (SOUSA, 2012).

De fato, as boas relações podem ter pesado para a emancipação política. Uma vez que o povoado não atendia aos critérios definidos pela Constituição Estadual de 1947 para a emancipação política, como já fora dito anteriormente. Não obstante, não se deve esquecer o fato de que pela Carta Constitucional de 1946, o município tornar-se-ia autônomo politicamente, administrativamente e financeiramente.

De fato, é que no ano de 1960 há pela Câmara Municipal de Oeiras, a proposta de criação do Município de Dom Expedito Lopes. Sendo depois encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado. E somente no ano de 1963 é aprovada a criação do município de Dom Expedito Lopes. Como pode ser observado na Lei, a seguir.

LEI Nº 2.513 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1963

Criação do Município de DOM EXPEDITO LOPES e dá outras providências

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado o município de Dom Expedito Lopes, com sede na atual povoado “Cabeço”, que por esta lei se eleva a categoria de cidade.

Art. 2º - A circunscrição territorial do novo município de Dom Expedito Lopes, será constituída das datas Cabeço e Buriti-Grande obedecendo intransigentemente, as suas linhas perimétricas, já julgado em competente processo demarcatório e desmembrado do Município de Oeiras.

Art. 3º - As eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Cinco (5) Vereadores do município ora criado, realizar-se-ão noventa (90) dias após a data de promulgação da presente lei.

Art. 4º - O município de Dom Expedito Lopes será instalado com a posse dos eleitos, a qual dar-se-á trinta (30) dias após a sua respectivas diplomações.

Art. 5º - Fica elevada à categoria de Coletoria de 5º Classe, a atual Agência dependente localizada no atual povoado Cabeço.

Art. 6º - A Escola Isolada existente no atual povoado de Cabeço fica elevada à categoria de “Escolas Reunidas”.

Art. 7º - O município de Dom Expedito Lopes constituirá termo judiciário da Comarca de Oeiras, no qual existirá um Cartório de Registro Civil, na forma da Lei de Organização Judiciária do Estado.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Fonte: Arquivo pessoal de Jonas Belo de Moura, 2010.

Assim como previsto na Lei 2.513 de 02 de dezembro de 1963, o município só foi instalado no dia 05 de abril de 1964. Após a emancipação, a nova cidade começou a se organizar para a sua primeira eleição que ocorreu no dia primeiro de março de 1964, sendo

disputada por dois partidos, o Partido Social Democrata (PSD), fundado pelo senhor José Belo de Sousa e o Partido da União Democrática Nacional (UDN), fundado pelo senhor Manoel da Silva Santos.

Consoante a isso, Neto (2008) ressalta que concorreram as eleições no dia primeiro de março de 1964, José Belo de Sousa – como prefeito pelo partido PSD – tendo como vice o senhor João Borges Leal e pelo lado da UDN, concorreram para prefeito Manoel da Silva Santos, tendo como vice Ana Rosa Pereira de Moura.

Todavia faz-se necessário destacar o fato da senhora Ana Rosa Pereira de Moura como candidata a vice-prefeita. Uma vez que em uma sociedade patriarcal – piauiense – a inserção da mulher na política era uma coisa rara para o período. De certo é que, a mesma dispunha de um grande prestígio no povoado Cabeço, por ter sido uma das primeiras professoras do município, fato este que deva ter contribuído para a sua candidatura como vice-prefeita.

Não obstante, cabe ressaltar que não foi verificada a existência de coligação entre partidos, visto que a cidade só contava apenas com duas facções políticas – PSD e UDN.

Segundo Neto (2008) a cidade neste período, contava com quinhentos e cinquenta e cinco (555) eleitores. Para a realização das eleições foram dispostas no município três urnas: duas delas se localizaram no mercado público do município e outra na Escola Isolada do Buriti Grande. Ao término da votação e a consequente apuração, o senhor José Belo de Sousa, obteve a maioria de cento e dezessete (117) votos, sobre o candidato Manoel da Silva Santos. Como o mesmo relata na entrevista abaixo.

Olha meu filho, as primeiras eleições aqui na cidade de Dom Expedito Lopes ocorreram aqui no dia 01 de março de 1964 e eu tomei posse no dia 05 de abril de 1964. E eu tive uma maioria de votos de 117. [...] E as pessoas que votaram aqui em Dom Expedito naquele período foram 555 votos. (SOUSA, 2012).

Todavia faz-se necessário ressaltar que não foi possível identificar a quantidade de votos nulos e brancos, assim como também a quantidade de votos obtidos pelo senhor Manoel da Silva Santos. Devido ao fato de não existir na cidade documentação referente à primeira eleição, somados a dificuldade de não se encontrar dados no site do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, referente a essa eleição.

De certo, é o fato que no dia 05 de Abril de 1964, José Belo de Sousa, toma posse conjuntamente com os outros cinco vereadores. Como pode ser observado no documento da

Ata de instalação do Município de Dom Expedito Lopes e posse dos vereadores à Câmara Municipal do referido município do ano de 1964, a seguir.

**ATA DA INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOM EXPEDITO
LOPES DE POSSE DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL
DO REFERIDO MUNICÍPIO**

Aos cinco dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, realizou-se na recém criada cidade de Dom Expedito Lopes, as dez horas, no prédio destinado para sede da Prefeitura Municipal da mesma cidade, a instalação solene do novo município. O ato foi presidido pelo Excelentíssimo senhor Dantas Antônio Santana Ferreira de Carvalho, Juiz de Direito da Comarca de Oeiras, a que pertence o município recém-criado. Encontravam-se presentes, o Excelentíssimo e Reverendíssimo Monsenhor Leopoldo Portela, representando o Exmo. Reverendo Dom Edilberto Dinrellora; o Excelentíssimo Deputado Estadual Doutor Antônio Barroso de Carvalho; Sr. Acilino Homero Praça, vice-prefeito da Cidade de Oeiras e representante do Sr. Prefeito Municipal daquela cidade, os senhores vereadores Lourival Mendes de Carvalho e Raimundo José de Siqueira, representantes da Colanda Câmara Municipal de Oeiras, o senhor José Belo de Sousa e José Borges Leal, prefeito e vice-prefeito respectivamente do município que se desmembrou, os vereadores eleitos de Dom Expedito Lopes: Joaquim Sátiro de Araújo, Antônio Ferreira Lima, Pedro Barbosa de Araújo, João Vieira da Silva, Estevão Alves do Vale; o senhor João Batista Barbosa de Deus e muitas pessoas de destaque social, não só do meio, como de cidades vizinhas. Formando assento no seu lugar, convidou o senhor R. Juiz para compor a Mesa ao Exmo. Sr. Monsenhor Leopoldo Portela Barbosa, ao Sr. Deputado Antônio Barroso de Carvalho. Ao Exmo. Acilino Homero Praça – vice-prefeito de Oeiras e representante do Sr. Prefeito dessa cidade, convidou o Sr. Vereador João Vieira da Silva, para secretariá-lo. Constituindo a Mesa Declarou o Sr. Juiz aberto a Sessão e em rápidas palavras explicou a sua finalidade que era, atendendo ao disposto na Lei Estadual nº 2.513, de 2 de dezembro de 1963, a qual foi publicada no Diário Oficial do Estado de 2 de 12 de 1963, instalar o Município de Dom Expedito Lopes, ciado pela citada lei, bem como a instalar também a sua Câmara Municipal e deram aos seus componentes. E assim usando da faculdade que lhe era conferida pela Lei declarava instalado solenemente o Município recém-criado e convidava os vereadores eleitos a exibirem os seus diplomas cuja autenticidade verificou achando tudo em perfeita ordem. Feito isso declarou o Sr. Juiz que passava a tomar o compromisso de posse dos eleitos.

Fonte: Livro de Atas da Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes, 1964, p.3.

Diante disso pode-se concluir que as boas relações entre a elite local, liderada pelo senhor José Belo de Sousa, e a elite política da cidade de Oeiras, foram fundamentais para o processo de criação do município, uma vez que este não atendia as exigências jurídico-

constitucionais. Todavia, passado essas questões, o povoado precisaria receber uma nova denominação, fato que atentaremos no próximo tópico.

1.5 Por que Dom Expedito Lopes?

A priori, com a elevação do Povoado Cabeço à categoria de cidade, através da Lei Nº 2.513 de 02 de dezembro de 1963, logo, surgem à questão sobre a denominação da nova urbe. Para entendermos o porquê dessa denominação recorreremos aos dados do *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980* e a pesquisa do Professor Pedro Paulo Rodrigues de Moura (2006).

Segundo os estudos do professor Pedro Paulo Rodrigues de Moura (2006), verificou-se que as preocupações em torno da denominação da urbe, surgiram antes mesmo do processo de emancipação política. Como pode-se destacar:

Durante o período em que Padre Silva acompanhou religiosamente o povoado, o mesmo sempre se contrapôs ao nome Cabeço. Ele dizia para o povo que a cabeça do vivente não cresce só o corpo. O vigário temia supersticiosamente o retardamento do desenvolvimento do povoado. (MOURA, 2006, p.39).

Segundo os dados do *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980*, o nome da cidade, foi escolhido em homenagem ao primeiro Bispo de Oeiras Dom Francisco Expedito Lopes – ver figura 4 a seguir – pela sua primeira visita pastoral ao povoado Cabeço, onde o mesmo edificou um grande Cruzeiro numa colina rochosa próxima a sede – esse lugar é atualmente conhecido como Morro da Cruz.

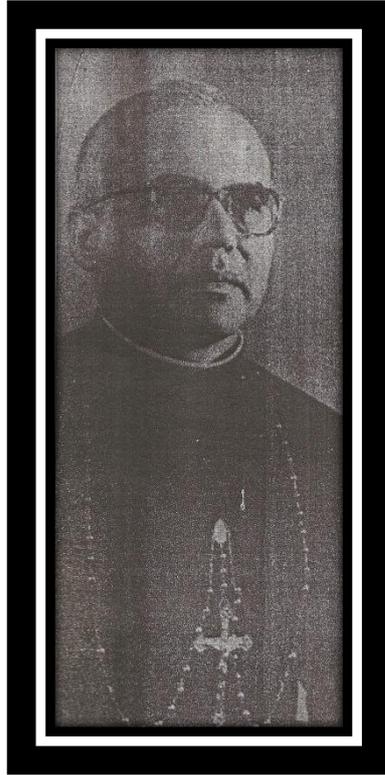


FIGURA 4: Dom Francisco Expedito Lopes, Ex-Bispo de Oeiras.
Fonte: JORNAL O BURITI, Ano II, s/d. Dom Expedito Lopes, s/p,1984.

Dom Expedito Lopes era natural de Sobral, cidade do interior do Ceará, nascido em 08 de Julho de 1914. Sob a proteção do Bispo de Sobral, Dom José Tupinambá da Frota, considerado pela elite da cidade como “Bispo Conde”, estudou no Seminário São José, nesta cidade, no Seminário da Prainha, em Fortaleza, e no Colégio Pio Brasileiro, em Roma – onde se doutorou em Direito Canônico. Em Dezembro de 1948 é nomeado bispo de Oeiras-Piauí com uma pomposa festa de sagração realizada na Catedral da Sé, Sobral. Somente em 1955 é nomeado Bispo de Garanhuns. Lá chegando, encontra problemas de comportamento de quatro sacerdotes, dentre eles padre Hosana de Siqueira e Silva, responsável pelos disparos que levaram a morte do bispo Dom Francisco Expedito Lopes. (MOREIRA, s/d).

Apesar de tanto o *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980*, quanto à pesquisa do professor Pedro Paulo Rodrigues de Moura, evidenciarem somente a visita pastoral como determinante para a escolha do nome da cidade; faz-se necessário ressaltar que a morte do bispo Dom Francisco Expedito Lopes e os discursos apontados pela Igreja Católica Apostólica Romana sobre as virtudes do bispo que morrerá e doará “a vida pela preservação da vida moral, dos bons costumes e pela perpetuação e solidificação da tradição” (MOREIRA, s/d, p.2); também podem ser consideradas – num

segundo plano – decisivos para a escolha do nome da cidade, uma vez que a população dom expedito lopense tinha fortes relações com a Igreja Católica Apostólica Romana, desde os períodos de povoamento. Como pode ser observado nos estudos de Moura (2006):

Por volta de 1906, o povo reivindicava à cidade de Oeiras (município a quem pertencia juridicamente), um padre para celebrar missas na localidade. Atendendo a solicitação da comunidade a diocese de Oeiras encaminha o reverendo padre Silva ao município. [...] A partir de então a localidade passou a ser assistida com frequência, encontrava-se alimentado o desejo ser construído uma capela, e sob a orientação do Pe. Silva a comunidade se mobilizou, fabricaram o material e construíram a capela tornando o sonho uma realidade. (MOURA, 2006, p.38)

Todavia, apesar da denominação não ser fundamentada/legitimada em consulta popular verificou-se a inexistências de protestos por parte da população quanto à nova designação. O certo é o fato de que o município foi criado.

Em vista do que foi mencionado à formação da cidade de Dom Expedito Lopes remete-se ao final do século XIX e início do século XX, tendo nas imigrações causadas pela seca de 1877/79 a principal mola propulsora para o processo de povoamento da mesma. Quanto ao processo de emancipação política pode-se afirmar este fora fruto de um arranjo político entre as elites locais de Oeiras e do povoado Cabeço. Não obstante a questão da denominação da cidade é visto num ângulo secundário, se comparado aos novos desafios – desenvolvimento urbano – da qual a cidade teria que enfrentar nos anos seguintes a emancipação, fato que será estudado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE DE DOM EXPEDITO LOPES (1964-1980)

Nos últimos 60 anos, o êxodo rural e o aumento da população brasileira associados ao desenvolvimento socioeconômico, impulsionaram o crescimento desordenado das cidades brasileiras, alterando de maneira significativa o processo de produção do *Espaço Urbano*, e consequentemente produzindo uma nova realidade social, da qual fazem parte as cidades pequenas.

O presente capítulo encontra-se dividido em dois tópicos. O primeiro tópico – *Os primeiros passos da cidade de Dom Expedito Lopes-PI rumo ao desenvolvimento urbano (1964-1970)* – tem por objetivo analisar o processo de infraestrutura urbana nos primeiros seis anos após a emancipação política. O segundo tópico – *Desenvolvimento urbano: entre os caminhos da ação estatal (1970-1980)* – busca analisar o processo de desenvolvimento urbano e social na década de 1970, na cidade ora mencionada.

Para a consecução deste capítulo foram utilizadas as seguintes fontes: seis livros de atas/projetos, datados do ano de 1968 a 1980, que se encontram na Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes; Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980 – documento que discorre sobre os aspectos históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais da cidade de Dom Expedito Lopes, entre os anos de 1964 a 1980 – encontra-se na Secretaria Municipal de Educação e Cultura; e entrevistas do tipo temática, com pessoas que vivenciaram o período em análise.

Quanto aos aportes teóricos foram utilizados, as ideias apresentadas no livro: *O Espaço Urbano*, do professor e geógrafo Roberto Lôbato Correa (1993). Na qual concebe a cidade como um *Espaço Urbano* fragmentado, articulado, reflexo e condicionado. Ainda também foram utilizadas as ideias dos professores de engenharia Wiltold Zmitrowicz e Generoso de Angelis Neto (1997), que discute no texto: *Infraestrutura Urbana*, sobre o processo de infraestrutura urbana no Brasil.

Enfim, este capítulo tem por objetivo analisar o processo de desenvolvimento urbano e social na cidade de Dom Expedito Lopes, no Estado do Piauí, entre os anos de 1964 a 1980.

2.1 Os primeiros passos da cidade de dom expedito lopes-pi rumo ao desenvolvimento urbano (1964-1970)

A cidade de Dom Expedito Lopes – localizada no sudeste do Piauí – conseguiu emancipar-se politicamente da cidade de Oeiras, e nestes primeiros tempos de emancipação política as questões referentes ao desenvolvimento de uma infraestrutura urbana e social apresentaram-se como uma condição *sine qua non* para a nova administração.

A década de 1960 no Brasil é marcada por intensas transformações políticas, econômicas e socioculturais. No campo político, pode-se ressaltar a instauração da ditadura militar. No campo econômico, destaque para os programas econômicos que visavam o desenvolvimento do país. No campo sociocultural os festivais, e o Cinema Novo, tendo como seu principal expoente Glauber Rocha.

Todavia, as questões referentes ao processo de urbanização e de industrialização passaram a coexistir conjuntamente com outros problemas de cunho político e social. Consoante a isso o arquiteto Roberto Luís Monte-Mor (2006) que estudou sobre a ideia de *urbano* no mundo contemporâneo, destaca que a urbanização brasileira, intensificou-se na segunda metade do século XX, quando o capitalismo industrial ganhou momento no país e dinamizou a economia a partir da consolidação das grandes cidades industriais, particularmente São Paulo, o grande polo industrial do Brasil. A transformação de uma economia agroexportadora em uma economia centrada na substituição de importações para o mercado interno redefiniu a cidade industrial como polo de dinamização e de transformações seletivas no espaço e na sociedade brasileira.

Em contrapartida, o desenvolvimento das urbes brasileiras, não conseguiram acompanhar o rápido crescimento populacional, gerando assim inúmeros problemas associados à questão da infraestrutura urbana. Fato este existente na cidade de Dom Expedito Lopes, na década de 1960.

Não obstante, a deficiência na infraestrutura urbana da cidade de Dom Expedito Lopes, não se constitui em um fato isolado. O professor Raimundo Nonato Lima dos Santos (2007), em seu trabalho sobre a cidade de Timon, no estado do Maranhão, destacou os problemas relacionados à falta de infraestrutura urbana, na década de 1960. O mesmo também pode ser verificado no trabalho de Naiara de Souza (2008), sobre a cidade de Maracá, no estado da Bahia.

A partir dos dados presentes no *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980*, verificou-se que houve um aumento considerável da população de Dom Expedito Lopes a partir da década de 1960, contudo é preciso ressaltar que a população rural ainda era maior do que a população urbana. Fato bastante como comum no Brasil, uma vez que, até década de 1960, a população brasileira se concentrava em maior número no meio rural; e somente a partir dos últimos 30 anos do século XX, que há uma inversão no perfil brasileiro.

Consoante a isso Monte-Mor (2006), destaca:

A partir dos anos setenta, a urbanização estendeu-se virtualmente ao território nacional, integrando os diversos espaços regionais à centralidade urbano-industrial que emanava de São Paulo, desdobrando-se na rede de metrópoles regionais, cidades médias, núcleos urbanos afetados por grandes projetos industriais, atingindo, finalmente, as pequenas cidades nas diversas regiões, em particular onde o processo de modernização ganhou uma dinâmica mais intensa e extensa. (MONTE-MOR, 2006, p.17).

A cidade de Dom Expedito Lopes ainda não havia sido atingida diretamente por esse processo de modernização brasileira uma vez que os problemas referentes à infraestrutura urbana eram evidentes após a emancipação política. A falta de abastecimento de água, energia elétrica, saneamento básico, entre outros, eram questões a serem resolvidas. O mesmo verifica-se em outras cidades do Brasil no mesmo período, como em Timon, no Maranhão. Esta cidade não possuía pavimentação e nem suficientes serviços públicos essenciais: atendimento ambulatorial em postos de saúde, coleta de lixo, sistema de iluminação elétrica pública e rede de tratamento e abastecimento de água. (SANTOS, 2007, p.33).

Todavia, apesar dos problemas relacionados à falta de uma infraestrutura urbana adequada, a cidade já contava com alguns prédios, entre eles: o Mercado Público e Capela Sagrada a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Consoante ao mercado público Neto (2008), destaca:

Ainda como vereador, mais precisamente no ano de 1958, o senhor José Belo, trouxe o projeto do Mercado Público e com a aliança do Dr. Laurentino Pereira – prefeito de Oeiras – constrói-se na cidade o Mercado Público, sendo usado como açougue. Todos os cômodos do mercado foram doados para os novos comerciantes da cidade, diminuindo com isso os deslocamentos das famílias a Oeiras, a fim de comprarem donativos para a sua subsistência. (NETO, 2008, p. 27).

Quanto à capela, destacamos os dados do *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980*:

Nessa localidade através da boa vontade e esforço de seus representantes, conseguiram trazer um vigário da cidade de Oeiras, o Reverendíssimo padre Silva, o qual celebrou a Santa Missa em um belíssimo cajueiro. O povo sonhava com a Capela e orientados pelo vigário fabricaram o material. Logo após a Santa Missa, o mesmo convidava os fiéis a transportarem os materiais na cabeça da localidade Piquis, sendo acompanhado pelo padre e animado por um tocador de rabeça de flandre, por nome Rufino. Já em 1928, próxima da linda árvore foi edificada uma capela com o esforço da comunidade, tornando assim o sonho realidade. Dita capela foi consagrada a “NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO”, referida imagem pedida de Portugal, a qual respeitosamente rendeu culto de “PADROEIRA”. Para a constituição do patrimônio da Santa, foram doados vários hectares de terras pelas famílias: Barbosa, Moura, Vale e Gonçalves. (DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE DOM EXPEDITO LOPES, 1980, p. 10).

A construção da capela sagrada a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, constitui-se como uma importante característica no processo de desenvolvimento urbano das cidades brasileiras; fato também existente entre outras urbes; como pode ser verificado nos estudos da pesquisadora Naiara de Souza (2008), sobre a cidade de Maracá na Bahia, onde ela explica que:

Na história de formação das cidades brasileiras, a presença constante da Igreja Católica, junto aos colonizadores, constituiu uma marca característica dada pela construção da imponente praça central. Em Maracás, essa característica é latente já que a sede da mesma surgiu devido à doação de um lote para a construção da Igreja Matriz. Os primeiros escritos que se tem sobre Maracás remetem-se aos anos de 1888 e já cita a igreja matriz como elemento importante da paisagem. (SOUZA, 2008, p.1).

Nesse sentido, para discorrer uma análise sobre esse período recorreremos das memórias das pessoas que viveram este período. Sendo assim, para Halbwachs (1990), a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças sejam constituídas no interior de um grupo. A isso se credita o fato de que um representante de um grupo social traz em si experiências compartilhadas em seu meio social.

Halbwachs defende ainda a ideia de que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feita em épocas anteriores e de onde a imagem de outra se manifestou já bem alterada” (HALBWACHS, 1990, p. 75-76).

No caso de Dom Expedito Lopes, as lembranças comuns dos entrevistados dessa pesquisa referem-se aos problemas de infraestrutura urbana existentes na cidade entre os anos de 1964 a 1970.

Olha naquele tempo, não era tudo bonitinho como é hoje não. No início só tinha a rua do Mercado Público que era calçada e a da Prefeitura, o resto era tudo no barro. [...] as coisas eram difíceis, não tinha as facilidades que tem hoje não, não tinha água encanada, não, eu me lembro que eu tinha que pegar a água num chafariz perto de onde hoje era a praça. (SANTOS E SOUSA, 2012).

Aqui naquele tempo, não tinha energia elétrica, sabe! E para pegar água tinha que pegar uma fila lá no chafariz da praça. Eram poucas as ruas, mas a que tinha calçamento que me lembro mesmo, era só ali, aquela rua onde fica o mercado público, e a próxima da Prefeitura. Telefone também não tinha, nem Hospital, aqui quando o povo adoecia, a gente tomava chá pra curar, ou então a mãe levava a gente para um rezador. (FERREIRA, 2012).

Apesar dos graves problemas de infraestrutura urbana a que estava cometida a cidade, não se deve esquecer o fato de que o Estado – poder municipal – é responsável direto pela organização espacial da cidade. Consoante a isso:

[...] No entanto, é através da implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo, etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado. (CORREA, 1993, p.24).

Todavia, na cidade de Dom Expedito Lopes-PI, pode-se verificar que de 1964 até 1970, o poder municipal, atentou-se mais diretamente a questões mais gerais, como construção de estradas e a criação e instalações de prédios públicos necessários ao funcionamento da máquina administrativa.

Diante disso, Neto (2008), destaca:

Durante a primeira administração que vai de 1964 a 1967, o senhor José Belo de Sousa, construiu as seguintes obras: Prefeitura Municipal; Câmara de Vereadores; Grupo Escolar Idalina Dantas; e realizou a construção de 143 quilômetros de estradas para o município [...] Assim no dia 05 de Abril de 1968, o senhor José Gonçalves dos Santos, recebe as chaves da prefeitura do senhor José Belo de Sousa, e sua administração caracteriza-se pela continuidade das obras, do senhor José Belo de Sousa. (NETO, 2008, p.30-31).

Outra explicação corrente para a falta de investimentos em infraestrutura urbana na cidade de Dom Expedito Lopes, entre os anos de 1964 a 1970, referem-se à falta de recursos econômico-financeiros. Consoante a isso:

A restrição da autonomia político-administrativa completou-se no governo do presidente Costa e Silva (1967-1969), com o ministro da Fazenda Delfim Neto controlando a transferência de impostos da União para os estados e municípios. Esse controle promoveu um quadro desalentador nos municípios, com recursos financeiros escassos, encargos da dívida pública municipal elevadas e intensas reivindicações populares por novas obras e serviços locais. (SANTOS, 2007, p.36).

Diante disso, pode-se concluir que o desenvolvimento urbano e social na cidade de Dom Expedito Lopes, no período de 1964-1970, apresenta em si especificidades e similaridades em relação às outras urbes interioranas do Brasil. Todavia, tal desenvolvimento ocorreu de forma lenta, e no caso de Dom Expedito Lopes-PI, após os primeiros anos da emancipação política, ela esteve mais ligada à construção de obras relacionadas ao funcionamento da máquina administrativa.

2.2 Desenvolvimento urbano: entre os caminhos da ação estatal (1970-1980)

O processo de desenvolvimento urbano nas pequenas cidades apresentam algumas variantes e especificidades se levadas em consideração com as grandes e médias cidades. Diante disso o presente tópico tem por objetivo analisar o desenvolvimento urbano da cidade de Dom Expedito Lopes, na década de 1970.

A princípio, assiste-se no Brasil, a partir da década de 1970, há um crescimento nas taxas de urbanização. Consoante a isso, a geógrafa Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (2010), em seu texto, “Urbanização brasileira: um olhar pelos interstícios das configurações espaciais seletivas”, discute sobre o processo de urbanização brasileira e ressalta que : “o censo de 1970 revela, pela primeira vez, um predomínio da população urbana sobre a rural, com uma taxa de urbanização de 55,92%, correspondendo a um maior número de brasileiros vivendo nas cidades” (HOLANDA, 2010, p.9). Esse processo de urbanização pode ser observado nas tabelas a seguir.

TABELA 4: TAXAS DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRA (1940-1970)

PERÍODO	TAXAS DE URBANIZAÇÃO
1940	31,24
1950	36,16
1960	44,67
1970	55,92

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940-2007. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979.

Em contrapartida, verifica-se que é somente a partir da década de 1980 que a região Nordeste torna-se prioritariamente urbana. Como pode se verificar na tabela abaixo:

TABELA 5: TAXAS DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRA – REGIÃO NORDESTE (1940-1980)

PERÍODO	TAXAS DE URBANIZAÇÃO
1940	23,42
1950	26,4
1960	33,89
1970	41,81
1980	50,46

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940-2007. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979.

A cidade de Dom Expedito Lopes, no Estado do Piauí, não foge à regra, assim na década de 1970, verifica-se que a população urbana é inferior à população rural. Como pode ser observado pelos dados do *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes*:

O município de Dom Expedito Lopes, através do censo de IBGE de 1970, constata-se com uma população de 3.520 habitantes, sendo que 1.042, residiam na zona urbana e 2.478 na zona rural. A população de Dom Expedito Lopes, no ano de 1970, foi classificada por sexo da seguinte maneira: masculino – 1.714 – e feminino: 1.806. Ocupava no Estado 103º lugar, sua densidade demográfica de 12,45 habitantes por Km². A população da sede isto é da zona urbana representava 29,60% de seu total e a população da zona rural representava 70,4%. (DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO, 1980, p.19).

Diante disso, surge o seguinte questionamento, como pode ser pensado o desenvolvimento urbano e social da década de 1970, na cidade de Dom Expedito Lopes, já que a mesma não acompanha o ritmo de urbanização brasileira, no período ora citado?

A princípio, as cidades brasileiras apresentam estruturas intra-urbanas diferenciadas e isso se deve ao fato de existirem no país cidades pequenas, médias e grandes. Soma-se a isso o fato de que nos pequenos núcleos urbanos é muito complexa a relação entre os usos do solo.

Diante disso, Correa (1993), defende que o espaço de uma cidade, constitui-se no conjunto dos diferentes usos da terra justapostos entre si. Nesse sentido,

Tais usos definem áreas, tais como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e gestão, áreas industriais, residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, e entre outras aquelas de reserva para futura expansão. (CORREA, 1993, p.7).

Não obstante, no processo de desenvolvimento urbano das pequenas cidades brasileiras, no século XX, verifica-se que a área urbana constitui-se como um espaço privilegiado. Fato também verificado na cidade de Dom Expedito Lopes, uma vez que esta área foi dotada de melhores equipamentos urbanos.

Todavia é preciso ressaltar que o processo de infraestrutura urbana na cidade de Dom Expedito Lopes na década de 1970, esteve diretamente ligado à atuação do Poder Público Municipal.

2.2.1 Processo de instalação da infraestrutura urbana

O desenvolvimento urbano propicia modificações consideráveis tanto no espaço urbano, quanto nas atividades urbanas. Consoante a isso, o presente sub-tópico tem por objetivo analisar o processo de infraestrutura urbana – a instalação dos sistemas: elétrico e de abastecimento de água – assim como o papel do poder público municipal para tal.

O conceito de infraestrutura urbana é pensado a partir da teorização proposta pelos professores de engenharia Wiltold Zmitrowicz e Generoso de Angelis Neto (1997), presentes no texto “Infraestrutura urbana”, na qual discorrem sobre o histórico e a classificação dos sistemas de infraestrutura urbana. Diante disso:

Infraestrutura urbana pode ser conceituada como um sistema técnico de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas, podendo estas funções ser vistas sob os aspectos social, econômico

e institucional. Sob o *aspecto social*, a infraestrutura visa promover adequadas condições de moradia, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança. No que se refere ao *aspecto econômico*, a infraestrutura deve propiciar o desenvolvimento econômico das atividades produtivas, isto é, a produção e a comercialização de bens e serviços. E sob o *aspecto institucional*, entende-se que a infraestrutura urbana deva propiciar os meios necessários ao desenvolvimento das atividades político-administrativas, entre os quais se inclui a gerência da própria cidade. (ZMITROWICZ; NETO, 1997, p. 2).

A princípio far-se-á necessário apresentar o seguinte questionamento: qual a importância da atuação do poder público municipal para a instalação dos sistemas essenciais – rede elétrica, abastecimento de água, pavimentação de ruas, entre outros - de infraestrutura urbana na cidade de Dom Expedito Lopes, na década de 1970?

Como é sabido o Estado – poder público municipal – tem através da autonomia política, econômico-financeira e administrativa artifícios que lhe auxiliam a promover o desenvolvimento urbano. Fato este também presente na urbe em voga. Como pode ser percebido pela Lei nº 84 de 26 de maio de 1971 que autoriza o Executivo Municipal firmar com as Centrais Elétricas do Piauí S.A – CEPISA, contrato de fornecimento de Energia Elétrica. Como pode ser observado a seguir.

LEI Nº 84 DE 26 DE MAIO DE 1971

Autoriza o Executivo Municipal firmar com Centrais Elétricas do Piauí S.A - Cepisa contratado de fornecimento de energia elétrica e dá outras providências.

O prefeito municipal de Dom Expedito Lopes, faz que a Câmara Municipal aprovou e que por ele é sancionada e promulgada a seguinte Lei:

Art. 1º - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar com as Centrais Elétricas do Piauí S.A Cepisa, Contrato de Fornecimento da Energia Elétrica e demais atos necessários, para iluminação pública, próprios municipais e acessórios, na conformidade da legislação específica vigente.

Art. 2º - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes, aos 26 de Maio de 1971.

Manoel da Silva Santos
(Prefeito Municipal de Dom Expedito Lopes)

Fonte: Livro de Atas da Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes.

Segundo dados do *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes* (1980), o sistema de energia elétrica foi instalado no ano de 1969, na administração do ex-

prefeito José Gonçalves dos Santos. Todavia, teria toda a população urbana da cidade de Dom Expedito Lopes se beneficiado da instalação do sistema elétrico?

A partir da análise dos dados existentes no *Diagnóstico Educacional Municipal de Dom Expedito Lopes* (1980), pode-se afirmar que o sistema de energia elétrica era insuficiente para atender toda a demanda populacional urbana, uma vez que sua rede de distribuição era de apenas de oito quilômetros.

O mesmo pode ser observado nas seguintes entrevistas.

O sistema elétrico de Dom Expedito foi criado no final década de 1960 e a expansão dele foi muito pequena até por que na época ainda não tinha ainda a questão do “Baixa Renda” só colocava energia em casa quem tinha condições de comprar o material pra dispor pra Cepisa pra ela colocar. Era comum na cidade de Dom Expedito ter casa na zona urbana sem energia elétrica, por falta de condição do proprietário. (VALE, 2012).

Olha meu filho, a rede de energia elétrica era muito pequena, era do centro e só vinha até onde fica a minha casa, aqui na avenida, que eu me lembre eram poucos os postes, tinha energia o tempo todo, mas eram poucas as casas que tinham energia, só a casa de seu José Belo e a do finado João Belarmino, era caro, e tinha que comprar os equipamentos de instalação, assim eu mesmo nem fui beneficiada. (SANTOS E SOUSA, 2012).

Ainda em relação ao sistema de energia elétrica, podemos destacar os seguintes dados existentes no *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes* (1980), na tabela abaixo.

TABELA 6: MUNICÍPIO DE DOM EXPEDITO LOPES – CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (1976 – 1980)

ANO	1976	1977	1978	1979	1980
Residencial	72KWh	93 KWh	107 KWh	186 KWh	205 KWh
Comercial	10 KWh	10 KWh	10 KWh	11 KWh	12 KWh
Industrial	01 KWh	02 KWh	03 KWh	03 KWh	02 KWh
Iluminação Pública		13.900 KWh			
Poderes Públicos	11 KWh	10 KWh	11 KWh	13 KWh	21 KWh

Fonte: *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes - 1980*

A partir dos dados acima pode-se inferir que há um aumento considerável do consumo de energia elétrica na área residencial entre os anos de 1976 a 1980, e isso pode ser explicado pelo aumento considerável do número da população (ver tabela 03).

Em suma, o sistema elétrico, concentrou-se somente na área urbana. Uma das explicações para esse fato reside nos poucos recursos que a Prefeitura Municipal dispunha impedindo-a, assim de promover uma extensão da rede elétrica para as outras localidades da cidade.

A atuação do poder público municipal foi uma constante. Como pode ser percebido pela sanção das seguintes leis:

- Lei Nº 83 de 14 de Abril de 1971: que versa sobre a construção do Muro do Grupo Escolar João Carvalho; a construção de um abrigo público e a instalação da rede de irrigação da Praça desta cidade.
- Lei Nº 87 de 14 de agosto de 1971: que versa sobre a construção da Praça Matriz; alargamento da Rua Rocha Neto, com demolição de muros; reconstrução de calçamentos; instalação da rede de abastecimento de água de Chafariz e Praça Matriz e ampliação e melhoria da rede pública de abastecimento pela Rua São João e Avenida Presidente Dutra – atual Av. José Honório de Sousa.

A atuação do Poder Público Municipal foi também verificada em outros períodos, assim no ano de 1974 podem ser destacadas as seguintes obras referentes à questão urbana:

- Construção de uma garagem para a Ambulância do Posto de Saúde;
- Construção de 1.329 m² de calçamento nas ruas: São João, 13 de Maio, Cônego Cardoso e Rocha Neto;
- Restauração de 92 quilômetros quadrados de estradas de rodagens nos trechos para Santa Cruz do Piauí, Tinguis, Juá, nos limites de Oeiras, Serra do Jacarandá, São José, Baixa Grande, Retiro, Sítiozinho, Baixa das Carnaíbas, Pequis e Buritizinho. (ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DO ANO DE 1974).

A partir da análise do orçamento do município de 1974, constata-se que o Estado, investiu quase 45% da arrecadação do município em obras públicas. Todavia cabe destacar, que a obrigação do Município era só de 30% visto estar incluindo nos municípios de baixa renda.

Já com relação ao ano de 1975, podemos destacar as seguintes obras referentes aos serviços urbanos:

- Pavimentação de 2.000 m², nas ruas São João, 13 de Maio, Cônego Cardoso e Praça da Matriz;
- Construção de um Cemitério. (ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DO ANO DE 1975).

Um fato que chama bastante atenção ao analisar esses documentos, refere-se no sentido que a construção de calçamentos era feita de forma parcelada, como pode ser observado nos dados apresentados, uma vez que a pavimentação das Ruas São João, 13 de Maio e Cônego Cardoso, ocorreram desde 1971.

Quanto ao projeto de lei nº 87 de 14 de agosto de 1971, faz-se necessário tecer algumas considerações, a princípio não ocorreram: a instalação da rede abastecimento de água de Chafariz, e ampliação da rede pública de abastecimento pela Rua São João e Avenida Presidente Dutra. De fato o que existia era um poço, onde as pessoas coletavam água para atender as suas necessidades básicas de consumo.

De acordo com os dados do *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes*, o sistema de abastecimento de água no Município foi instalado entre os anos de 1977 e 1978, na administração estadual do ex-governador Dirceu Arcoverde e municipal do então prefeito João Belarmino do Vale. Diante disso cabe destacar o seguinte trecho: “A AGESPISA mantém este serviço operando em 02 poços profundos, um reservatório com capacidade de 50 m³ e dispõe de 203 ligações e 02 chafarizes. A água da região é natural e boa qualidade de consumo” (DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO, 1980, p. 25).

Diante disso podemos inferir o seguinte questionamento: a distribuição de abastecimento de água oferecida pela Agespisa S.A, era suficiente para atender a demanda da população urbana da cidade? A partir dos dados obtidos no Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes (1980), pode-se afirmar que o sistema de abastecimento

de água, assim como do sistema elétrico, era muito precário e atendia somente uma pequena parcela da área urbana.

Contudo, apesar dos problemas referentes à demanda, pode-se concluir que a atuação do Estado, apesar das restrições, foi decisiva para o desenvolvimento da urbe neste período. Consoante a isso, Roberto Lobato Corrêa, destaca:

a elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, entre as normas de zoneamento e o código de obras, constituem um outro atributo do Estado, no que se refere ao espaço urbano. E é decorrente de seu desempenho espacialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos, especialmente aqueles que servem à população, que o Estado se torna o alvo de certas reivindicações de segmentos da população urbana. (CORRÊA, 1993, p.24-25).

Apesar da instalação dos novos equipamentos urbanos não terem beneficiados toda a população do município, percebe-se que há uma preocupação do Poder Público Municipal em instalar na urbe em questão, os sistemas de energia elétrica, abastecimento de água, pavimentação, abertura de ruas, criação de escolas e postos de saúde, criando um suporte a ser melhorado em anos posteriores. Nesse sentido, pode-se apontar que mesmo com os problemas encontrados, o Estado também se faz de modo presente.

Todavia, há de se evidenciar, que o Estado ao ser o promotor do desenvolvimento urbano é responsável direto pelas ações de uso e justaposição do solo. Fato este verificado na cidade de Dom Expedito Lopes, uma vez que os principais serviços concentram-se no núcleo urbano, visando assim uma melhoria nas condições de infraestrutura da comunidade.

2.2.2 Educação

A educação é um outro aspecto a ser considerado, a fim de que se possa entender o processo de desenvolvimento da urbe em voga.

Segundo os estudos dos jovens pesquisadores Carmélia da Silva Oliveira; Pablo Marcel Bezerra dos Santos e Tonny César Barbosa da Silva (2008), no texto: *Levantamento documental da Secretaria Municipal de Educação de Dom Expedito Lopes-PI*, apontam que a história educacional do município de Dom Expedito Lopes-PI da década de 1960 até os dias atuais pode ser dividida em três grandes períodos: da emancipação até a década de 1980; da

criação do Órgão Municipal de Educação – OME³ até 1996; e da criação da Secretaria de Educação e Cultura até os dias atuais. Neste sub-tópico dar-se-á ênfase ao período compreendido entre a emancipação até o final da década de 1970.

Entre os anos de 1964 a 1970, a cidade dispunha de apenas um instituto educacional a Escola Reunida do Cabeço – que a partir da década de 1980 receberá a intitulação de Unidade Escolar Dr. João Carvalho – responsável pelo ensino de alfabetização e do primário. Nesse período, a falta de mão-de-obra qualificada era uma realidade recorrente, sendo assim a maioria dos professores eram leigos. Como pode ser observado na entrevista abaixo:

Aqui que eu me lembre nesse período, as primeiras professoras dessa cidade foram dona Ani e dona Socorrinha, só que elas não tinham a formação que os professores de hoje tem, elas não frequentaram universidade. Ah! naquele tempo era difícil as coisas, não é como é hoje não, o professor também ganhava pouco, nem compensava eu acho. Mas lá, elas ensinavam as primeiras letras, a contar. (FERREIRA, 2012).

A partir da análise da entrevista acima, pode-se afirmar que as dificuldades em frequentar o ensino superior e os poucos salários, foram fatores que contribuíram para a não-existência de uma mão-de-obra qualificada. Todavia há que se ressaltar que tais problemas não são exclusivos da cidade de Dom Expedito Lopes. Diante disso a falta de mão-de-obra qualificada na promoção do ensino oficial foi uma constante verificada em todo o Piauí desde o seu processo de ocupação e povoamento. Como destaca Reis:

A condição de Capitania subalterna, aliada a outros fatores como a baixa densidade populacional, um ensino desvinculado da realidade, desinteresse da população, na sua maioria constituída por pessoas simples como vaqueiros e homens do campo foram, segundo Ferro (1996), os principais entraves para o desenvolvimento da educação formal do Piauí. Além disso, havia ainda a dificuldade de se encontrarem pessoas com conhecimentos mínimos para o exercício da profissão de professora e a falta de estímulo salarial. Essa é uma realidade educacional própria do Piauí. (REIS, 2009, 89).

Enfim, tentando modificar esse quadro desalentador da educação de Dom Expedito Lopes partir de 1970, tem-se a instalação e a criação do projeto MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, com o objetivo de erradicar o de analfabetismo e transformar essa população em mão-de-obra qualificada para integrar aos anseios econômicos do país.

³O Órgão Municipal de Educação foi criado na cidade no ano de 1980.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL foi criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Contudo suas ações de alfabetização começaram a ter ênfase somente a partir de 1970, quando seus projetos foram iniciados em grande escala no território nacional. Neste sentido, uma das principais medidas tomadas pela Administração Pública Municipal de Dom Expedito Lopes, em relação à educação, refere-se à instalação e criação do MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização através da Lei Nº 82 de 12 Março de 1971. Ver a lei a seguir.

PROJETO DE LEI Nº 82 DE 12 MARÇO DE 1971

O Prefeito Municipal de Dom Expedito Lopes, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado a instalação de diretoria para constituição do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) no Município de Dom Expedito Lopes, com a integração de todas as forças vivas da Comunidade.

Art. 2º - A execução do MOBRAL no município será feita pela Comissão Executiva em participação com a comunidade discutindo com os monitores as maneiras mais positivas e atividades especializadas para proceder a solução do problema de analfabetismo.

Art. 3º - Cabe a Comissão Executiva, as obrigações seguintes:

- a) Ao Presidente cabe-lhe o Comando do Mobral Municipal em harmonia com o Mobral Estadual, Regional e Central, gerir a fundo especial do Município com assessoramento de encargos de assunto financeiro digo com o encarregado de assunto financeiro;
- b) Secretário executivo realizar rigorosamente, a execução do Mobral em âmbito Municipal em delegação de competência;
- c) Coordenador: coordenar e supervisionar as atividades operacionais e assessorar o Presidente na formulação dos programas e atividades;
- d) Encarregado das finanças terá a responsabilidade de desenvolver num trabalho junto a comunidade afim de conseguir recursos ao movimento, organizar e manter atualizada a contabilidade do Mobral Municipal. Elaborar relatório do movimento financeiro e o balanço anual gerir, particularmente com o Presidente o fundo especial do Município.
- e) Encarregado da propaganda e divulgação:
 - 1) Utilizar-se dos meios de divulgações locais (escrito e falado) e utilização de recursos audiovisuais, no sentido de levar a utilização digo de levar a comunidade atuar efetivamente.
 - 2) Divulgar as metas e o que está sendo realizado.
 - 3) Executar todas as incumbências de relações públicas do Mobral.

f) Monitores:

- 1) Procurar cumprir com acerto, o seu magistério.
- 2) Aproximar-se do aluno com boas maneiras e agrados.
- 3) Ser eficiente nos seus ensinamentos.

Art. 4º - Cabe ao conselho comunitário o dever de:

- a) Promover campanhas, realizar trabalhos junto à comunidade a fim de arrecadar recursos complementares ao movimento.
- b) Desenvolver atividades procurando melhor a situação financeira do Mobral.

Art. 5º - Fica o prefeito autorizado a requerer comissão competente para fazer avaliação das aulas ministradas e julgar com ou sem direito de remuneração, os monitores, conforme aproveitamento reunificadoras nas aulas dadas.

Art. 6º - A presente Lei entrará em vigor a partir do início das aulas. Revogadas as disposições em contrário.

Dom Expedito Lopes, 12 de Março de 1971

Manoel da Silva Santos
Prefeito Municipal

Fonte: Livro de atas da Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes.

A partir da lei acima se faz necessário tecer algumas considerações. Quanto ao primeiro artigo, o trecho: *a instalação de diretoria para constituição do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) no Município de Dom Expedito Lopes, com a integração de todas as forças vivas da Comunidade.* Aqui é preciso estar atento para o fato de que o projeto MOBREAL está diretamente relacionado com ditadura militar existente no país, assim o artifício: todas as forças vivas da comunidade, pode ser encarado aqui a partir de duas lógicas: a primeira no que diz respeito ao controle de uma suposta “transformação social”, pelos mecanismos de poder; e a segunda no intuito primordial de transformar essas pessoas em uma mão-de-obra barata e qualificada que pudesse dinamizar a economia do país.

Quanto ao segundo artigo, a *execução do MOBREAL no município será feita pela Comissão Executiva em participação com a comunidade discutindo com os monitores as maneiras mais positivas e atividades especializadas para proceder a solução do problema de analfabetismo.* Aqui faz-se necessário tecer alguns comentários. Teria havido realmente a discussão entre a comissão executiva e os monitores sobre as maneiras mais positivas para proceder à solução do problema do analfabetismo? Que critérios foram utilizados para a seleção de monitores? Diante disso, destacamos a entrevista abaixo.

Era assim, no tempo que eu me lembre, a gente não fez nenhuma discussão não, até porque a nossa função era de apenas executar o projeto do Mobral, já vinha tudo pronto, tudo certinho, né. Aí só cabia a gente botar em prática do jeito que passavam pra gente. [...] Aqui não tinha esse negócio de critério para ser monitor não sabe, o critério era saber ler um pouco, escrever, contar e também tinha essa questão de indicação política. (CIRINO, 2012).

A partir da entrevista acima, podemos apontar que há uma grande discrepância entre o que existe no projeto de Lei e o que realmente aconteceu. Assim o que podemos inferir é que o governo militar não mediu esforços para atingir os seus objetivos, entre eles: o de preparar essa mão-de-obra desqualificada para servir aos interesses econômicos do país. Quanto ao critério de seleção de monitores, percebemos falhas, primeiro relacionado a questão de uma mão-de-obra qualificada inexistente; e a segunda referente a questão da indicação política, onde muitas vezes o interesse particular sobressai sobre o benefício de uma coletividade.

Quanto ao terceiro artigo, as considerações giram em torno de questões como: que critérios eram utilizados para poder participar da Comissão Executiva? Os alunos do Mobral deveriam pagar uma mensalidade? O MOBREAL funcionava sem recursos públicos?

Quanto à questão dos critérios sobre a participação da Comissão Executiva, pode-se verificar que esta acontecia por indicação política. Quanto ao encarregado das finanças este era o secretário executivo do município. Os alunos do Mobral não pagavam mensalidade, no entanto cabiam a eles comprar os materiais didáticos essenciais para o ensino. Como ressalta o depoimento a seguir.

Era um tempo difícil, a gente num dava valor pra esse negócio de estudar, aí era assim, a gente era obrigado a comprar os cadernos, os lápis, e uns manual que eles davam lá pra gente estudar. [...] mas a gente não pagava mensalidade pra estuda não, e acho que se pagasse a gente tinha desistido. (FERREIRA, 2012).

Quanto à questão dos recursos públicos, cabe salientar o estudo do historiador Giovani Barbosa Prado (2010), que fez uma análise sobre a educação de jovens e adultos no período militar, destacando a questão do MOBREAL. Assim, o mesmo destaca que o MOBREAL contou com grande apoio.

A mencionada Lei 5.379, no seu artigo 7º, nos mostra como este financiamento se daria. Primeiramente, o dinheiro deveria vir através de dotações orçamentárias e subvenção da União. Também seriam aceitas doações, rendas eventuais – inclusive advindas da venda de

materiais didáticos – e contribuições de entidades públicas e civis, tanto nacionais quanto internacionais. Além disso, o Decreto 6.6118 de 26 de janeiro de 1970 também instituiu que 6,75% da renda bruta vinda da Loteria Esportiva iria para o MEC. Deste montante o MOBREAL ficaria com 80% e o ensino supletivo com o restante. O Decreto 1124 de 1970 e 1274 de 1973 também permitia que, voluntariamente, o contribuinte do imposto de renda remetesse até 1% do valor total de sua contribuição para o programa. O primeiro Decreto arrecadou então, entre os anos de 1971 e 1974 o valor de Cr\$ 298.462.000,00, já o segundo, entre os anos de 1970 e 1974, a quantia de Cr\$ 200.908.299,31. Os Estados Unidos também participaram da empreitada e emprestaram no ano de 1970 o montante de Cr\$ 6.000.000,00 como um auxílio ao trabalho realizado. (PRADO, 2010).

Os recursos arrecadados deveriam ser utilizados para a realização de atividades afins ao programa, tais como: treinamento de professores, compra de material didático e mobilização de alunos.

Segundo os estudos de Cristiane Costa Brasil (s/d) que estudou em seu artigo “História da alfabetização de adultos: de 1960 até os dias de hoje” sobre os programas de educação de jovens e adultos que ocorreram no Brasil a partir da década de 1960, o objetivo precípua do Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobreal era erradicar o analfabetismo brasileiro em um curto espaço de tempo. Também atenta para o fato de que dentro do MOBREAL existiam outros programas, dentre os quais:

- Programa de alfabetização funcional;
- Programa de Educação Integrada;
- Programa MOBREAL Cultural;
- Programa de profissionalização.

Quanto ao programa de alfabetização funcional, Brasil (s/d) aponta que o objetivo era fazer com que os alfabetizandos aprendessem técnicas de leitura, escrita e cálculo para que fosse enquadrada em seu meio social. Quanto ao programa de educação integrada, tinham como finalidade propiciar a continuidade dos estudos que eram iniciados no Programa de Alfabetização Funcional. Quanto ao programa MOBREAL cultural, tinha como finalidade uma proposta de uma educação permanente, pretendendo reforçar a noção na área de alfabetização. Tentado evitar assim que o analfabetismo voltasse, diminuindo a evasão dos alfabetizandos e as reprovações. E por fim o programa de profissionalização que tinham por objetivo fornecer

uma melhoria da condição socioeconômica para os alunos que depois de alfabetizados queriam continuar estudando, mas não podiam por precisar trabalhar. Os resultados do seu estudo demonstram que um dos maiores problemas ocorridos com os programas de Alfabetizações de Jovens e Adultos no Brasil, como no caso do MOBRAL, é a falta de continuidade uma vez que vários programas foram extintos ao longo do tempo por motivos políticos.

Em relação à cidade de Dom Expedito Lopes, foram atuantes o programa de alfabetização funcional, o de educação integrada e o programa de profissionalização. Todavia faz-se necessário o seguinte questionamento: teria realmente o MOBRAL conseguido atingir o seu objetivo principal? Teriam sido realmente os alunos alfabetizados ou aprendiam apenas a soletrar e desenhar o seu nome?. Consoante a isso destacamos o depoimento abaixo.

Assim sabe, né menino a gente lá aprendeu a assinar o nome da gente, era bom, eu não sabia de quase nada, aí aprendi a contar, também, tinha que trabalhar o dia todo, chegava cansado, fiquei por uns tempo lá nesse negócio do MOBRAL, aí saí, mas aprendi a escrever o meu nome e a contar. (FERREIRA, 2012).

A partir da análise das fontes orais e documentais, pode-se inferir que o objetivo principal não foi cumprido, uma vez que o processo de alfabetização vai além de apenas escrever o nome ou de “contar”, mas parte do fato que o aluno saiba compreender o que está escrito. Mas isso não é exclusividade da cidade de Dom Expedito Lopes, isso também foi verificado em outras cidades, dentre as quais podemos destacar a cidade de Patos de Minas-MG, na qual Coelho (s/d) destaca:

Notamos que a população em Patos de Minas, neste período, era bastante jovem, pois o percentual de pessoas com faixa etária entre zero e vinte e nove anos atingiam um índice de quase 70% da população entrevistada. A partir de tais dados, se percebe que o MOBRAL em Patos de Minas, ao atrair alunos com faixa etária de trinta anos, não atingiu seus objetivos, já que sua clientela fazia parte de um percentual de pouco mais de 30% da população entrevistada. (COELHO, s/d, p.6-7).

Outra questão que merece atenção no projeto de Lei nº 82 de 12 de março de 1971, refere-se a questão de como os monitores deveriam cumprir o magistério, assim são destacados os seguintes princípios: *a) procurar cumprir com acerto o seu magistério; b) aproximar-se do aluno com boas maneiras e agrados; c) ser eficiente nos seus ensinamentos.* Quanto ao primeiro item e terceiro itens, destacamos o controle exercido pelo governo

ditatorial, assim cumprir com acerto o seu magistério e ser eficiente nos seus ensinamentos, está diretamente ligado aos objetivos do projeto pedagógico do MOBRAL, na qual a educação seria apenas um meio para a qualificação da mão-de-obra e não para levar o indivíduo à uma reflexão que os levasse a uma transformação social.

A partir da análise dos dados do *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes* (1980), pode-se afirmar que o sistema educacional de Dom Expedito Lopes, no final da década de 1970, possuía um total de 11 escolas e 57 professores, sendo que 27 professores possuíam formação pedagógica e 31 não possuíam. A população estudantil e a quantidade de professores podem ser observados na tabela a seguir.

TABELA 7–POPULAÇÃO ESTUDANTIL E QUANTIDADE DE PROFESSORES

ESCOLAS	POPULAÇÃO ESTUDANTIL	QUANTIDADE DE PROFESSORES
Unidade Escolar Dr. João Carvalho	872 alunos	18 professores
Unidade Escolar Particular da CNEC	140 alunos	08 professores
Escolas Municipais (zona urbana e rural)	544	31 professores

Fonte: *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes, 1980.*

A partir dos dados da tabela, pode-se afirmar que a Unidade Escolar Dr. João Carvalho – atualmente é uma escola regida pelo poder público estadual – é no período ora analisado, a mais importante instituição educacional do município, e isso se deve ao fato desta oferecer ao seu público alvo as seguintes modalidades de ensino: alfabetização, ensino primário (1ª a 4ª série) e ginásio (5ª a 8ª série). Quanto às escolas municipais estas ensinavam apenas a alfabetização e o ensino primário e segundo dados do *Diagnóstico Municipal de Dom Expedito Lopes* (1980), de 1964 até 1980, a cidade continha 11 escolas. Ainda com relação ao MOBRAL este contava com 12 postos de funcionamento.

Quanto às práticas pedagógicas utilizadas foram recorrentes algumas práticas tradicionais como decorar datas, entre outras. Como pode ser observado na fala do entrevistado a seguir:

Na década de 1960 sim havia a prática da palmatória. Na década de 1970, o tradicionalismo continuou a existir como o de decorar datas, o cantar do hino nacional, o de tomar lições, só que não tinha mais a prática de castigos físicos, não. (VALE, 2012).

Tais práticas por sua vez coexistiram em outras cidades brasileiras, como pode ser constatado no trabalho de Raimundo Nonato Lima dos Santos (2007) no qual destaca que na cidade de Timon-MA:

O ensino era do tipo tradicional, com direito a decorar datas, nomes e números, apanhando de palmatória o aluno que não respondesse corretamente às perguntas orais da professora, procedimento este que contava com a permissão dos pais para ser realizado. (SANTOS, 2007, p.52).

Pode-se concluir que o desenvolvimento da educação de Dom Expedito Lopes, no período de 1970 a 1980, ocorreu de forma lenta. Uma vez que nenhuma instituição do município ofertava o ensino de 2º grau; soma-se a isso também o fato de que os professores da época não apresentavam bons níveis de qualificação profissional e que eram ainda bastante comuns o ensino do tipo tradicional.

2.2.3 Saúde

A saúde pública é outro ponto a ser analisado sobre o processo de desenvolvimento urbano da cidade de Dom Expedito Lopes, na década de 1970.

Até os dias atuais, a pesquisa não indicou a existência de nenhum hospital público na cidade, e segundo dados do *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980*, até o ano de 1980 a cidade contava apenas com um Posto de Saúde e um mini-posto no povoado Buriti-Grande, sendo que os casos que requeriam maiores cuidados eram encaminhados para a cidade de Picos ou Teresina. Como pode ser observado na depoimento abaixo.

Olha meu filho, aqui era o seguinte, aqui quando adoecia assim de um negócio mais grave, mais complicado, a família colocava o doente numa rede e levava até onde ali é o trevo hoje e ficava esperando um carro passar para levar o doente até a cidade de Picos. (SANTOS E SOUSA, 2012).

Quanto ao atendimento médico, estes eram realizados mensalmente por dois médicos nos postos de saúde. Quanto às especificações referentes ao número de atendimentos, destacamos a tabela abaixo.

TABELA 8 - ATENDIMENTOS MÉDICOS NA CIDADE DE DOM EXPEDITO LOPES (1980)

ESPECIFICAÇÕES	Nº DE ATENDIMENTO
Consulta Médica, total de atendimentos	1761
Vacinação contra a Tríplice	522
Vacinação contra a Variola	64
Vacinação contra a Tuberculose	183
Vacinação contra a Paralisia Infantil	2.308
Autóx ⁴	229
Vacinação contra o Sarampo	164
Total de Vacinas	3.470

Fonte: *Diagnóstico Educacional do Município de Dom Expedito Lopes de 1980, 1980.*

A partir da tabela acima faz-se necessário apontar para o fato do elevado número de vacinas contra a Paralisia Infantil, alarmando assim para o alto índice de natalidade existente no período. O elevado número de vacinas é explicado pelo fato de que o ser humano toma várias vacinas durante a sua vida.

Todavia, neste período eram comuns outras práticas como o curandeirismo e a automedicação com ervas medicinais. Como pode ser observado na entrevista a seguir.

Naquele tempo existia a questão da prática dos chás, os chás era quem curava toda as doenças, era curadas com os chás, até por que o meio de transporte pra cidade mais próxima era muito falho, né, e acontecia na cidade essa questão de eles utilizarem o chá, para todas as doenças o chá serviam. (VALE, 2012).

Era era por que faltava médico na cidade, era por falta de recurso próprio, que era tratado com erva medicinal e com reza, mandava reza de quebrante, dor de barriga e dava certo, terminava dando certo não tinha médico na cidade nessa época, quase não tinha era uma vez por mês, as vezes de 15 em 15 dias, mas de certeza era de uma vez por mês que passava na cidade e não atendia toda população. (SANTOS E SOUSA, 2012).

⁴ Não foi encontrado significado referente a esse nome.

A partir da análise dos depoimentos pode se afirmar que os serviços inerentes à saúde, na década de 1970, ficavam muito aquém de resolver os problemas da sociedade de Dom Expedito Lopes. Assim problemas como a falta de uma infraestrutura hospitalar adequada, somadas a falta de mão-de-obra qualificada, como também a falta de recursos financeiros das famílias da urbe interiorana, foram fatores determinantes para que a prática do curandeirismo e da automedicação fossem uma constante no período.

Todavia há que se ressaltar que a prática do curandeirismo e da automedicação também foram recorrentes em outras cidades, como destaca Santos (2007), em seu trabalho sobre a cidade de Timon-MA.

O atendimento médico oferecido pela Prefeitura Municipal era realizado semanalmente em prédios improvisados, essa precariedade dos serviços públicos de saúde permitia que se perpetuasse uma prática comum à maioria dos habitantes das cidades do interior do Brasil, principalmente os da zona rural: a automedicação com base no conhecimento popular sobre o uso de plantas medicinais e no curandeirismo, ou seja, a busca da cura através de uma medicina vulgar, na qual pessoas sem estudos científicos realizam tratamentos de saúde por meio de rezas e feitiçarias. Quando o timonense necessitava de tratamento médico especializado, dirigia-se à cidade de Teresina. (SANTOS, 2007, p. 53).

Em suma, a principal forma de tratamento de saúde aos enfermos desta urbe interiorana na década de 1970, era a automedicação, cuja base era o conhecimento popular sobre o uso de plantas medicinais, e o curandeirismo. Quando os habitantes necessitavam de maiores cuidados estes eram deslocados para a cidade vizinha de Picos ou então a capital do Estado. Há de apontar que tais deslocamentos são comuns até os dias de hoje, principalmente para a cidade de Picos, uma vez que a cidade de Dom Expedito Lopes, ainda não conta com um Hospital.

Diante de tudo que foi apresentado podemos concluir que o processo de desenvolvimento urbano e social da cidade de Dom Expedito Lopes, entre os anos de 1964 a 1980, se deu de forma lenta e com muitas intempéries, e que apesar das instalações dos novos equipamentos urbanos ao longo desse período, a grande parte da população não foi diretamente beneficiada. Quanto à questão da educação, apesar da existência do ensino primário e ginásial esse esteve muito aquém da realidade, professores com má qualificação e salários parcos, foram uma constante desse período. Quanto à saúde, está era muito precária, a falta de uma unidade hospitalar e de médicos residentes na cidade para atender a população

eram casos comuns, nesse período. Todavia a que se destacar a importância da prática do curandeirismo e da automedicação, que existe até os dias hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desenvolvimento urbano não é uma exclusividade das cidades de porte médio e grande. Neste sentido, esta pesquisa buscou entender o processo de desenvolvimento urbano na cidade de Dom Expedito, após a sua emancipação política até o ano de 1980.

Todavia, compreender a cidade, o seu espaço urbano e as relações nela existentes é algo desafiador para a História. Como pensamos o processo de desenvolvimento urbano de Dom Expedito Lopes dentro da perspectiva histórica, fez-se necessário investigar algumas questões, como a importância do Poder Público Municipal para o desenvolvimento da urbe.

Observou-se que o processo de desenvolvimento urbano nos primeiros seis anos após a emancipação política, ocorreu de forma lenta, e que eram bastante comuns os problemas de saneamento básico, de infraestrutura urbana, e que nesse período o poder público municipal voltou a sua atenção para a construção do aparelho administrativo da cidade.

Por outro lado, a partir da década de 1970 até o ano de 1980, novos equipamentos urbanos foram sendo instalados na referida cidade, como: o abastecimento de água. Todavia há que se ressaltar que mesmo após a instalação de novos equipamentos, ainda eram constantes os problemas relacionados à infraestrutura urbana, como o saneamento básico, fato existente até hoje.

Há que se ressaltar também que apesar da instalação dos sistemas de abastecimento de água e de energia elétrica, estes não contemplaram toda a população. E que restringiam-se basicamente a área central da cidade. Nesse sentido, podemos destacar outra questão, como a diferenciação do uso do solo na cidade de Dom Expedito Lopes, uma vez que a área central da cidade dispunha de uma melhor estrutura, se comparada com seus outros espaços.

Outros aspectos também foram considerados para uma melhor análise sobre o processo de desenvolvimento urbano e social, como a educação e a saúde. Quanto à educação, podemos concluir que foram bastantes comuns a utilização de práticas tradicionais e que no período em análise, e as escolas da cidade ofereciam o ensino de alfabetização, primário e ginásio, que corresponde atualmente à Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Quanto à saúde, a falta de um hospital e médicos residentes na cidade, foi uma constante nesse período. Todavia, eram bastante comuns a utilização da auto-medicação por ervas medicinais, assim como a prática do curandeirismo.

De fato, pode-se concluir que o processo de desenvolvimento urbano e social da cidade de Dom Expedito entre os anos de 1964 a 1980, ocorreu de forma lenta; sendo o Poder

Público Municipal o seu principal agente de desenvolvimento urbano. Há que se considerar que a partir dos dados obtidos não foi possível verificar a existência da iniciativa privada, fato este que só ocorrerá incisivamente a partir da década de 1980, com a instalação da agência do Banco Bamerindus S.A.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Irlane Gonçalves de; NUNES, Maria Célis Portella Nunes. Vilas e cidades do Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. (org). **PIAUI**: formação – desenvolvimento – perspectivas. Teresina: FUNDAPI, 1995.

AGUIAR, Robério Boto de. **Projeto de cadastro de fontes por água subterrânea do Estado do Piauí**: Diagnóstico do município de Dom Expedito Lopes. Fortaleza: CPRM, 2004, p.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia completa**. Volume único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

ARAÚJO, José Luis Lopes. **Atlas escolar do Piauí**: espaço geo-histórico. João Pessoa-PB: Editora Grafset, 2006, p.88.

ARAÚJO, Maria Malfada Baldoíno de. **O Poder e a Seca de (1877-1879) no Piauí**. Recife: 1985. (Dissertação de Mestrado em História do Brasil, pela Universidade Federal de Pernambuco).

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **Pequena Cidade**: uma caracterização. In: **V Encontro de Grupos de Pesquisa: Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Sócio-espaciais**. UFSM: 2009.

_____. **Pequena Cidade**: uma caracterização e conceituação do ponto de vista político-administrativo. In: **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos – Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças, espaços diálogos e práticas**. Porto Alegre: 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória**: ensaios da psicologia social. 2ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL, Cristiane Costa. **História da alfabetização de adultos:** de 1960 até os dias de hoje. Disponível em: <http://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf>. Último acesso: 24/09/2012.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, Leni Rodrigues. **(Re)configurando e analisando o MOBRAL em Patos de Minas/MG (1970-1980)**. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Leni%20Rodrigues%20Coelho%20-%20Texto.pdf>. Último acesso em: 18/10/2012.

CÔRREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª ed. São Paulo: USP, 2009.

FAVERO, Edison. **Desmembramento territorial:** o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais. São Paulo: 2004. (Tese de Doutorado em Engenharia Urbana, pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo).

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de. **Urbanização brasileira:** um olhar pelos interstícios das configurações espaciais seletivas. Sobral: EdEUCE, 2010.

LIMA, Clenilson Cruz. **O papel do Estado na construção de um projeto de desenvolvimento:** Piauí, 1955-1961. Teresina: 2004. (Monografia de conclusão de curso em Bacharelado em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Piauí).

LIMA, Francisca Lidiane de Sousa. O Bairro Mafuá de 1970 a 1990: Uma Construção Histórica a partir das Fontes Orais. In: DO NASCIMENTO, Francisco Alcides; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **História e Historiografia**. Recife: Braço, 2006.

MONTE-MOR, Roberto Luís. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006.

MORAIS, Eliane Rodrigues de. **De Papagaio a Francinópolis**. Teresina: EDUFPI, 2008.

MOREIRA, Igor Alves. **Dom Expedito Lopes: esquecimento e memória** (discurso sobre a sua beatificação e canonização – 1990/2004). Disponível em: http://www.ce.anpuh.org/anais/2006/Dom_Expedito_Lopes.pdf. Último acesso em: 18/10/2012.

MOURA, Pedro Paulo Rodrigues de. **História e imaginário da origem da cidade de Dom Expedito Lopes – Piauí (1877-1963)**. Picos: 2006. (Monografia de conclusão de curso em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Piauí).

NETO, Frutuoso Alves do Vale. **Origem e evolução política da década de 1960 da cidade de Dom Expedito Lopes-PI**. Picos: 2008. (Monografia de Especialização em História, pela Universidade Regional do Cariri).

NETO, Manuel Domingos; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense**. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

OLANDA, Elson Rodrigues. **As pequenas cidades no Brasil e no estado de Goiás: desafio das grandes desconhecidas**. Presidente Prudente-SP: (s/d).

OLIVEIRA, Carmélia da Silva; SANTOS, Pablo Marcel Bezerra dos; SILVA, Tonny César Barbosa da. Levantamento documental da secretaria municipal de educação de Dom Expedito Lopes-PI. In: CASTRO, Ana Paula Cantelli; FONSECA, Rodrigo Gerolineto (org). **Acervos Históricos: experiências no levantamento de acervos documentais na região de Picos-PI**. Imperatriz-MA: Editora Ética, 2008.

PRADO, Giovani Barbosa. **A farda e a educação: uma análise sobre a educação de jovens e adultos no período militar**. Mariana-MG: 2010. (Monografia de conclusão de curso em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Ouro Preto).

RABELO, Elson de Assis. Tentáculos do progresso na fronteira regional: a produção do Piauí como espaço nordestino. In: **Revista Espacialidades**. Vol. 1, nº 0. 2008.

REIS, Amada de Cássia Campos. **História e memória da educação em Oeiras-Piauí: de meados do século XVIII à primeira metade do século XX**. Teresina: Expansão/EDUFPI, 2009.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **História, memória e identidade na cidade de Timon na década de 1980**. Teresina: 2007. (Dissertação de Mestrado em História do Brasil, pela Universidade Federal do Piauí).

_____. **Timon, uma flor de cajazeira: do povoamento à vila**. 1ª Ed. Timon: GRAFETI (Gráfica e Editora de Timon), 2007.

_____. **Timon: uma cidade sob o reflexo do espelho**. Disponível em: <http://www.anpuhpi.org.br/congresso/anais/arquivos/raimundo.pdf>. Último acesso: 10/03/2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Jorge Kleiber Teixeira; LIMA, Maria Helena Palmer. **Evolução do marco legal da criação de municípios no Brasil**. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_1872_2010/evolucao_do_marco_legal_da_criacao_de_municipios_no_brasil.pdf. Último acesso em: 27/08/2012.

SOUZA, Naiara de. **Produção e expansão urbana nas pequenas cidades: estudo de caso sobre Maracás-BA**. UESB: 2008. Monografia

_____. Um olhar geográfico sobre a cidade. In: **Revista Caminhos de Geografia**. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Último acesso: 15/05/2012.

VALE, Antônio Carlos do. **O Povoamento da Cidade de Dom Expedito Lopes-PI como Consequência das Secas Periódicas de 1877, 1915 e 1932**. Picos-PI: 2008. (Monografia de Especialização em História e Sociologia, pela Universidade Regional do Cariri – URCA).

ZMITROWICZ, Witold; NETO, Angelis de. **Infraestrutura urbana**. São Paulo: EPUSP, 1997.

ORAIS

FERREIRA, Maria das Dores Barbosa. **Entrevista concedida a Tonny César Barbosa da Silva.** Dom Expedito Lopes-PI: 15/04/2012.

CIRINO, Ana Cleide Ferreira de Araújo. **Entrevista concedida a Tonny César Barbosa da Silva.** Dom Expedito Lopes-PI: 15/04/2012.

SANTOS E SOUSA, Maria do Socorro. **Entrevista concedida a Tonny César Barbosa da Silva.** Dom Expedito Lopes-PI: 15/04/2012.

SOUSA, José Belo de. **Entrevista concedida a Tonny César Barbosa da Silva.** Dom Expedito Lopes-PI: 15/03/2012.

VALE, Antônio Carlos do. **Entrevista concedida a Tonny César Barbosa da Silva.** Dom Expedito Lopes-PI: 15/04/2012.

DOCUMENTOS

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA E DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE DOM EXPEDITO LOPES, 1971. (Livro de Atas e Projetos, 1971-1972, p.14).

ATA DA INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOM EXPEDITO LOPES DE POSSE DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DO REFERERIDO MUNICÍPIO, 1964. (Livro de Atas da Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes, 1964, p.3).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1946. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/139953/1/1946.pdf>. Último Acesso em: 15/10/2012.

DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE DOM EXPEDITO LOPES DE 1980. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Dom Expedito Lopes, 1980.

DOM FRANCISCO EXPEDITO LOPES, EX-BISPO DE OEIRAS-PI. Jornal O Buriti, ano II, s/d. Dom Expedito Lopes, s/p, 1984.

PIAUI. Constituição Estadual do Piauí de 1947. In: MORAIS, Eliane Rodrigues de. **De Papagaio a Francinópolis**. Teresina: EDUFPI, 2008.

PIAUI. Lei nº 2.513 de 02 de Dezembro de 1963. Criação do Município de Dom Expedito Lopes e dá outras providências. Gabinete Civil do Governo do Estado do Piauí, 02 de dezembro de 1963.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES. Orçamento Municipal para o exercício do ano de 1974. (Livro de Atas da Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes, 1974).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES. Lei nº 84 de 26 de maio de 1971. Autoriza o Executivo Municipal a firmar com Centrais Elétricas do Piauí S/A – Cepisa – contrato de fornecimento de energia elétrica e dá outras providências. (Livro de Atas da Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes, 1971).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES. Lei nº 82 de 12 de março de 1971. Criação do MOBREAL na cidade de Dom Expedito Lopes. (Livro de Atas da Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes, 1971).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES. Lei nº 83 de 14 de abril de 1971. Autoriza a construção do Muro do Grupo Escolar João Carvalho; a construção de um abrigo público e a instalação da rede de irrigação da praça desta cidade. (Livro de Atas da Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes, 1971).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES. Lei nº 84 de 14 de agosto de 1971. Autoriza a construção da Praça Matriz; alargamento da Rua Rocha Neto, com demolição de muros; reconstrução de calçamentos; instalação da rede de abastecimento de água de Chafariz e Praça Matriz e ampliação e melhoria da rede pública de abastecimento pela Rua São João e Avenida Presidente Dutra. (Livro de Atas da Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes, 1971).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES. Orçamento Municipal para o exercício do ano de 1975. (Livro de Atas da Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes, 1975).

ANEXOS

ANEXO I - LEI Nº 2.513 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1963

Criação do Município de DOM EXPEDITO LOPES e dá outras providências

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado o município de Dom Expedito Lopes, com sede na atual povoado “Cabeço”, que por esta lei se eleva a categoria de cidade.

Art. 2º - A circunscrição territorial do novo município de Dom Expedito Lopes, será constituída das datas Cabeço e Buriti-Grande obedecendo intransigentemente, as suas linhas perimétricas, já julgado em competente processo demarcatório e desmembrado do Município de Oeiras.

Art. 3º - As eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Cinco (5) Vereadores do município ora criado, realizar-se-ão noventa (90) dias após a data de promulgação da presente lei.

Art. 4º - O município de Dom Expedito Lopes será instalado com a posse dos eleitos, a qual dar-se-á trinta (30) dias após a sua respectivas diplomações.

Art. 5º - Fica elevada à categoria de Coletoria de 5º Classe, a atual Agência dependente localizada no atual povoado Cabeço.

Art. 6º - A Escola Isolada existente no atual povoado de Cabeço fica elevada à categoria de “Escolas Reunidas”.

Art. 7º - O município de Dom Expedito Lopes constituirá termo judiciário da Comarca de Oeiras, no qual existirá um Cartório de Registro Civil, na forma da Lei de Organização Judiciária do Estado.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado do Piauí, em Teresina, 02 de dezembro de 1963.

JOÃO CLIMACO D'ALMEIDA
JOSÉ CAMILO DA SILVEIRA FILHO

Selada, numerada, sancionada e promulgada a presente lei no Gabinete Civil do Governo do Estado, aos dois dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e sessenta e três.

José Gayoso Freitas – Chefe do Gabinete Civil.

**ANEXO II – ATA DA INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOM EXPEDITO LOPES
DE POSSE DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DO REFERIDO
MUNICÍPIO**

Aos cinco dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, realizou-se na recém criada cidade de Dom Expedito Lopes, as dez horas, no prédio destinado para sede da Prefeitura Municipal da mesma cidade, a instalação solene do novo município. O ato foi presidido pelo Excelentíssimo senhor Dantas Antônio Santana Ferreira de Carvalho, Juiz de Direito da Comarca de Oeiras, a que pertence o município recém-criado. Encontravam-se presentes, o Excelentíssimo e Reverendíssimo Monsenhor Leopoldo Portela, representando o Exmo. Reverendo Dom Edilberto Dinrellora; o Excelentíssimo Deputado Estadual Doutor Antônio Barroso de Carvalho; Sr. Acilino Homero Praça, vice-prefeito da Cidade de Oeiras e representante do Sr. Prefeito Municipal daquela cidade, os senhores vereadores Lourival Mendes de Carvalho e Raimundo José de Siqueira, representantes da Colanda Câmara Municipal de Oeiras, o senhor José Belo de Sousa e José Borges Leal, prefeito e vice-prefeito respectivamente do município que se desmembrou, os vereadores eleitos de Dom Expedito Lopes: Joaquim Sátiro de Araújo, Antônio Ferreira Lima, Pedro Barbosa de Araújo, João Vieira da Silva, Estevão Alves do Vale; o senhor João Batista Barbosa de Deus e muitas pessoas de destaque social, não só do meio, como de cidades vizinhas. Formando assento no seu lugar, convidou o senhor R. Juiz para compor a Mesa ao Exmo. Sr. Monsenhor Leopoldo Portela Barbosa, ao Sr. Deputado Antônio Barroso de Carvalho. Ao Exmo. Acilino Homero Praça – vice-prefeito de Oeiras e representante do Sr. Prefeito dessa cidade, convidou o Sr. Vereador João Vieira da Silva, para secretariá-lo. Constituindo a Mesa Declarou o Sr. Juiz aberto a Sessão e em rápidas palavras explicou a sua finalidade que era, atendendo ao disposto na Lei Estadual nº 2.513, de 2 de dezembro de 1963, a qual foi publicada no Diário Oficial do Estado de 2 de 12 de 1963, instalar o Município de Dom Expedito Lopes, ciado pela citada lei, bem como a instalar também a sua Câmara Municipal e deram aos seus componentes. E assim usando da faculdade que lhe era conferida pela Lei declarava instalado solenemente o Município recém-criado e convidava os vereadores eleitos a exibirem os seus diplomas cuja autenticidade verificou achando tudo em perfeita ordem. Feito isso declarou o Sr. Juiz que passava a tomar o compromisso de posse dos eleitos. Convidou então o senhor vereador Estevão Alves do Vale, mais notado nominalmente, para proferir o compromisso de estilo, na forma do item, todo artigo II, de Lei Orgânica dos Municípios e a promessa de

também prestigiarem dizendo cada um: “assim o prometo”. Formado o compromisso dos vereadores que se seguiu calorosas salvas de palmas; declarou o senhor Juiz que pesaria naquele momento a presidir a eleição da mesa da Câmara, o logo se fez, com observância das formalidades legais, tendo lido o seguinte tratado de escrutínio secreto, tendo sido, digo, para Presidente: Pedro Barbosa de Araújo com 05 votos, para vice-presidente Antônio Ferreira Lima com 05 votos e João Vieira da Silva com 05 (cinco), todos por unanimidade de votos, aos quais o Sr. Juiz logo de posse nos referidos cargos e declarou instituída a Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes. Feito isso declarou o Sr. Presidente da Sessão que estava facultada a palavra a quem dele quisesse fazer uso. Por fim, concluída a sessão depois das palavras eloqüentes dos senhores deputados Bernard de Carvalho e Monsenhor Leopoldo Portela Barbosa, pronunciou o Sr. Juiz Presidente, entusiásticas e calorosas palavras de formação as autoridades que vão dirigir o município que acabava de instalar, a sociedade e ao povo da cidade que nascia, fazendo votos pelo progresso da mesma do município, para que tivesse a cidade vida laboriosa e pacífica, que houvesse o eminente e saúde antitite, cujo onomástico lhe deu o nome e ainda para do Piauí e da Pátria. Aplausos prolongados coroaram as últimas palavras do magistrado, enquanto o povo ficava satisfeito as autoridades estaduais, municipais e essa que nascia para vida de comarca independente. Para constar em João da Silva, secretário da mesa lavra a seguinte ata que será assinada pelo M.M Juiz e pelos empossados de e aos todos os presentes.

Sala da sessão da Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes 05 de abril de 1964.

**ANEXO III - ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA E DA DÉCIMA
SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO LEGISLATIVO DE MIL NOVECENTOS
E SETENTA E UM**

Às nove horas do dia vinte de maio do ano legislativo de mil novecentos e setenta e um sob a presidência do Sr. Abdias de Barros Rocha, secretariado pelo vereador Adelcio Belo de Queiróz e com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores Bartolomeu Félix de Sousa, Elias Moura Lopes, Francisco Vieira do Vale e João Barbosa de Araújo, reuniu-se esta Câmara em uma sessão ordinária. No expediente foi lida a Ata da sessão anterior que uma vez lida foi aprovada por unanimidade. Os senhores vereadores, nesse momento interromperam os trabalhos em sinal de pesar, por dois assuntos, pelo falecimento do senhor Francisco Belo de Sousa, falecido a 15 do corrente mês. O extinto que nasceu a 16 de novembro de 1901, faleceu nesta cidade aos 69 anos de idade, deixando a família Belo profundamente abalada com o seu desaparecimento, na data acima referida, foi um dos fundadores de nossa Cidade interiorana, pai de destacada família composta de 12 filhos e um já falecido, deixando a viúva dona Isabel Maria dos Santos, ao lado de todos os seus filhos, especialmente o mais velho senhor José Belo de Sousa, figura representativa do comércio local. Aos familiares do falecido sentem a saudosa recordação de mais um filho de Deus que deixa a vida terrena para gozar de bem aventurança nos palácios celestiais. A família enlutada convida os parentes e amigos do falecido para assistirem a missa do sétimo dia que será celebrada no dia 21 próximo naquela cidade para a qual convida os seus dois filhos: João e Maria Belo de Sousa.

Ass. José Belo de Sousa.

A câmara cuida em nota de pesar suspender por dois dias os seus trabalhos pelo falecimento Sr. Augusto Lopes dos Santos, residente no lugar Buriti Grande, desse município. O extinto veio a falecer com mais de noventa anos de idade pois nasceu a 25 de fevereiro do ano de mil oitocentos e oitenta e um (1881). O falecido deixou 10 filhos vivos, entre eles, o vereador Bartolomeu de Oliveira, homem de destacado valor, não só como homem público, arquiteto e trabalhador incansável em prol dos habitantes desta região. O Sr. Augusto imprescindível no nosso município foi sempre amigos de todos sempre externando suas qualidades de pai desta família exemplar e cidadão cumpridor de seus deveres. Não houve correspondência a ser lida dando o Sr. Presidente por encerrada a sessão e mandando que eu José Conrado Lopes, lavrasse a presente ata.

Sala da sessão da Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes 20 (vinte) de maio de 1971.

PS. Retificando Bartolomeu Félix de Sousa.

**ANEXO IV – ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO DA SEGUNDA SESSÃO DA
DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DO ANO LEGISLATIVO DE MIL NOVECENTOS
E SETENTA E UM**

As nove horas, digo as catorze horas do dia 20 de maio do ano legislativo de mil novecentos e setenta e um (1971), sob a presidência do Sr. Abdias de Barros Rocha, secretariado pelo Vereador Adelcio Belo de Queiróz e com a presença dos Exmos. Srs. Vereadores Elias Moura Lopes, Bartolomeu Félix de Sousa, Francisco Vieira do Vale e João Belarmino de Araújo, esta Câmara em sessão ordinária. No expediente foi lida a ata da sessão anterior, que, uma vez lida foi aprovada por unanimidade de votos. Foi lido e apreciado e por fim aprovado por unanimidade pelos Srs. Edis, cujo digo o Projeto de Lei nº 83 de 14 de Abril próximo passo nos seguintes termos:

Projeto de Lei Nº 83 de 14 de Abril de 1971

Abre o crédito suplementar de Cr\$ 17.545,12 (dezesete mil quinhentos e quarenta e cinco e doze centavos), para início da construção das obras: muro do grupo escolar Dr. João Carvalho, o abrigo público e a instalação da rede de irrigação da Praça desta cidade, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica aberto na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes e autorizado ao Poder Executivo Municipal, o crédito suplementar de Cr\$ 17.545,12 (dezesete mil e quinhentos e quarenta e cinco e doze centavos), para o início da construção das obras: muro do grupo escolar João Carvalho; construção do abrigo público e instalação da rede de irrigação da Praça desta cidade, na conformidade da legislação vigente.

Art. 2º - A cobertura desta crédito será feita conforme a arrecadação.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes, 14 de abril de 1971.

Abdias de Barros Rocha
(Presidente)

ANEXO V – LEI Nº 84 DE 26 DE MAIO DE 1971

Autoriza o Executivo Municipal firmar com Centrais Elétricas do Piauí S.A - Cepisa contratado de fornecimento de energia elétrica e dá outras providências.

O prefeito municipal de Dom Expedito Lopes, faz que a Câmara Municipal aprovou e que por ele é sancionada e promulgada a seguinte Lei:

Art. 1º - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar com as Centrais Elétricas do Piauí S.A Cepisa, Contrato de Fornecimento da Energia Elétrica e demais atos necessários, para iluminação pública, próprios municipais e acessórios, na conformidade da legislação específica vigente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes, aos 26 de Maio de 1971.

Manoel da Silva Santos
(Prefeito Municipal)

ANEXO VI – LEI Nº 87 DE 14 DE AGOSTO DE 1971

Abre crédito suplementar de Cr\$ 29.377,77 (vinte nove mil seiscientos trezentos e setenta e sete mil cruzeiros), para construção da Praça Matriz, alargamento da Rua Rocha Neto, com demolição de muros, reconstrução de privadas e calçamentos, instalação da rede de abastecimento de água de chafariz e praça da matriz e ampliação e melhoria da rede de abastecimento pela Rua São João e Avenida Presidente Dutra, todas nesta cidade.

Art. 1º - Fica aberto na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes e autorizado o Poder Executivo Municipal, o crédito suplementar de vinte e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 25.000,00) para as construções:

- a) Da Praça Matriz;
- b) Alargamento da Rua Rocha Neto com demolição de muros, reconstrução de privadas e calçamentos;
- c) Instalação da rede de abastecimento d'água do Chafariz, a Praça da Matriz;
- d) Ampliação e melhoria da Rede de abastecimento de água, pela Rua São João e Avenida Presidente Dutra.

Art. 2º - A cobertura deste crédito com a quantia parte do imposto de consumo, referente ao exercício de 1966, critério do Fundo de Participação dos Municípios, receita de circulação de mercadorias e receitas patrimoniais diversas.

Art. 3 – Revogadas as disposições, em contrário a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes, 14 de agosto de 1971.

Abdias de Barros Rocha
(Vice-Prefeito e Presidente da Câmara)

Adelcio Belo de Queiróz
(Secretário)